

The logo consists of the letters 'U' and 'F' in a bold, blue, sans-serif font. The 'U' is on the left and the 'F' is on the right, both sharing a common vertical baseline. The letters are set against a white background that is partially overlaid by a yellow horizontal bar at the top and a dark blue shape on the right side.

UNIFACEX

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL**

DEZEMBRO, 2018

Sumário

1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO	4
1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES	4
1.2. ATENDIMENTO DO CURSO AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS	4
1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO	6
1.4. HISTÓRICO DO CURSO	7
2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS	8
2.1. DA MANTENEDORA	8
2.1.1. Identificação	8
2.1.2. Dirigente Principal	8
2.1.3. Finalidades	8
2.2. DA MANTIDA	9
2.2.1. Identificação	9
2.2.2. Atos Legais de Constituição	9
2.2.3. Dirigentes Principais	9
2.2.4. Histórico da IES	10
2.2.5. Área de Atuação e Inserção Regional	11
2.2.6. População da Área de Influência do UNIFACEX	12
2.2.7. Contexto Educacional	13
2.3. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO	19
2.3.1. Perfil Institucional	19
2.3.1.1. Missão	19
2.3.1.2. Visão de Futuro	19
2.3.1.3. Princípios	19
2.3.1.4. Objetivo Geral	20
2.3.1.5. Objetivos Específicos	22
2.3.2. Autoavaliação Institucional	23
2.3.3. Sistemas de Informação e de Comunicação	26
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	28
3.1.1. Apresentação do projeto do curso	28
3.1.2. Justificativa do Curso	Erro! Indicador não definido.
3.1.3. Concepção do Curso	Erro! Indicador não definido.
3.1.4. Articulação do PPC com o PDI	Erro! Indicador não definido.
3.1.5. Concepção do processo ensino-aprendizagem	Erro! Indicador não definido.
3.1.6. Regime acadêmico, estrutura e duração do Curso	Erro! Indicador não definido.
3.1.7. Interdisciplinaridade no Curso	Erro! Indicador não definido.
3.1.8. Flexibilidade	Erro! Indicador não definido.
3.1.9. Concepção de pesquisa, foco em iniciação científica ..	Erro! Indicador não definido.
3.1.10. Concepção de extensão	Erro! Indicador não definido.
3.2. OBJETIVOS DO CURSO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3.1. Geral:	Erro! Indicador não definido.
3.3.2. Específicos:	Erro! Indicador não definido.
3.4. PERFIL PROFISSIONAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR (ESTÁGIO OBRIGATÓRIO)	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.8. APOIO AO DISCENTE	45
3.8.1. Acolhimento	45
3.8.2. Apoio psicopedagógico ao discente	45
3.8.3. Mecanismos de Nivelamento	46
3.8.4. Atendimento Extraclasse	47
3.8.5. Monitoria	47
3.8.6. Organização Estudantil	48
3.8.7. Concessão de Bolsas	48
3.8.8. Estágios não-obrigatórios	ERRO! Indicador não definido.

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
- SERVIÇO SOCIAL UNIFACEX**

3.10.	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	50
3.11.	ATIVIDADES DE TUTORIA	56
3.12.	CONHECIMENTO, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS AS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	57
3.13.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	58
3.14.	SALA VIRTUAL	59
3.15.	MATERIAL DIDÁTICO.....	59
3.16.	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	60
3.17.	NÚMERO DE VAGAS	63
4.	CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	63
4.1.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO	63
4.2.	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	64
4.3.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	66
4.3.1.	Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES	68
4.4.	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	69
4.5.	CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO)	69
4.6.	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	70
4.7.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	70
4.8.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	71
4.9.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	72
4.10.	EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	73
4.11.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	73
4.12.	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO	75
4.13.	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	75
4.14.	INTERAÇÃO, ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO À DISTÂNCIA.	76
4.15.	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	77
5.	INFRAESTRUTURA	77
5.1.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	77
5.2.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	78
5.3.	SALA COLETIVA DOS PROFESSORES	79
5.4.	SALAS DE AULAS	79
5.5.	ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS.....	80
5.6.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	81
5.7.	BIBLIOTECA DO UNIFACEX	82
5.7.1.	Instalações Físicas da Biblioteca	82
5.7.2.	Horário de Funcionamento da Biblioteca	83
5.7.3.	Serviços Ofertados pela Biblioteca	83
5.7.4.	Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo Bibliográfico.....	84
5.7.5.	Acervo da Biblioteca.....	84
5.8.	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	86
5.9.	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	87
5.10.	EMENTARIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENATR DAS DISCIPLINAS DO CURSO	

1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO

1.1. DA IES

ATO DE CREDENCIAMENTO

O Centro Universitário UNIFACEX foi criado considerando-se o que normatiza a alínea **d** do artigo 2º do Estatuto da Mantenedora: “criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de todos os níveis, prioritariamente de nível superior, com estrita observância de legislação que lhe for aplicável”. A criação foi legitimada pelo Decreto n. 85.977, de 05 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 06 de maio do mesmo ano. Por solicitação da Mantenedora e considerando a implantação de novos cursos em diversas áreas, pelo Parecer CES nº 1.194/99, a Instituição teve sua denominação modificada de Faculdade para Executivos para Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão – FACEX, conforme Parecer homologado pelo Despacho do Ministro da Educação, publicado no D.O.U., de 19 de janeiro de 2000. Através da Portaria Nº 1.099 do Ministério da Educação, de 31 de agosto de 2012, a FACEX passa a condição de Centro Universitário denominado UNIFACEX.

1.2. AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS

ATENDIMENTO DO CURSO

Requisitos Legais	Contemplado como
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na Lei 10.098/2002, nos Decretos 3.095/2001, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.	A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Referência localizada na página 102
Titulação do Corpo Docente	Todos os docentes do curso possuem pós-graduação
Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	A IES possui CPA implantada e atuante. Referência localizada na página 25
Disciplina de Libras	A IES mantém a disciplina na matriz curricular

	como obrigatória no caso das licenciaturas, e ao mesmo tempo oferta como optativa para os demais cursos. Referência localizada na página 45 e 97
Carga horária mínima do curso	A Instituição está cumprindo integralmente esta exigência. Referência localizada na página 45.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através da disciplina de História, Sociedade e Cultura e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 88
Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 89
Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002.	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas de Gestão Socioambiental e em outras atividades de forma transversal. Referência localizadas páginas 44 e 89
NDE	O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação stricto sensu; tem o coordenador de curso como integrante; Referência localizada na páginas 61 e 62.
Estágio Supervisionado, Atividade complementar	Consoante com as Diretrizes do curso. Referências localizadas nas páginas 41 e 42
TCC	Não se aplica. Não é obrigatório nos Cursos Superiores de Tecnologia.
Tempo de Integralização	Consoante as Diretrizes do Curso na página 06.

1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO

Denominação do curso:	Curso Superior de Serviço Social				
Habilitação:	-				
Modalidade:	Bacharelado / Presencial				
Endereço de oferta do curso:	Rua Orlando Silva, 2896 – Capim Macio – Natal/RN				
Ato Legal de autorização:	Portaria de Autorização MEC nº 3.703 de 17 de Outubro de 2005 Processo MEC 2.128/00 Portaria de Renovação de Reconhecimento: 819 de 31/12/2014 de 2 de janeiro de 2015.				
Turno de funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Total
(*)Nº. de vagas anuais oferecidas:	-	50	-	100	150
Regime de matrícula:	Semestral por disciplina				
Duração do curso:	Tempo Mínimo			Tempo Máximo	
	Oito semestres			Quatorze semestres	

1.4. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário FACEX teve sua primeira autorização através da Portaria de Autorização MEC nº 3.703 de 17 de Outubro de 2005

Processo MEC 2.128/00. Dessa forma, a Instituição inicia o processo seletivo para este curso, no segundo semestre de 2005, autorizando a oferta de 150 vagas por semestre para o turno noturno do curso de Serviço Social.

Esse Curso tem a duração prevista de 04 anos, ou seja, 08 semestres. Em 2015, foi homologado o reconhecimento deste mesmo curso através da Portaria de Renovação de Reconhecimento: 819 de 31/12/2014 de 2 de janeiro de 2015. Observando as demandas do mercado de trabalho do Assistente Social, e com base nas diretrizes curriculares nacionais da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, o Curso de Serviço Social, após discussão com o Núcleo Docente Estruturante, foi totalmente reestruturado, para atender também as recomendações das Diretrizes Curriculares do MEC.

Esse curso é reconhecido como uma profissão de caráter interventivo no âmbito da “questão social”, onde a sua trajetória na sociedade brasileira demonstra o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e a consolidação de um espaço sócio-ocupacional conquistado pela profissão.

O Curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, instrumental e ético-político, capazes de responder as demandas do mercado, bem como responder ao atual contexto, problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses populares.

2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

2.1. DA MANTENEDORA

2.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora	CIFE – CENTRO INTEGRADO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS			
CNPJ:	08.241.911/0001-12			
End.:	Rua ORLANDO SILVA			nº: 2896
Bairro:	CAPIM MACIO	Cidade: NATAL	CEP: 59080-020	UF: RN
Fone:	(84) 3235-1415		Fax: (84) 3235-1433	
E-mail:	secretaria@facex.com.br			

2.1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL

Nome:	JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEIREDO			
CPF:	004.254.604-44			
E-mail:	secretaria@facex.com.br			

2.1.3. FINALIDADES

A Mantenedora tem como finalidades educativas o desenvolvimento:

- De uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- Da capacidade de utilizar crítica e criativamente as diversas linguagens do mundo contemporâneo;
- Da autonomia, cooperação e sentido de coresponsabilidade nos processos de desenvolvimento individuais e coletivos;
- De uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde;
- Da competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmo, pelos outros e pelos recursos da comunidade;

- Do exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;
- Da motivação para dar prosseguimento à própria educação, de forma sistemática e assistemática;
- Do pleno exercício de suas funções cognitivas e socioafetivas;
- Da capacidade de aprender com autonomia e assimilar o crescente número de informações, adquirindo novos conhecimentos e habilidades;
- Da capacidade de enfrentar situações inéditas com dinamismo, flexibilidade e criatividade; e
- Da capacidade de usar o conhecimento para ser feliz, relacionar-se com a natureza, ser gestor da própria vida e ajudar os outros.

2.2. DA MANTIDA

2.2.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantida:	Centro Universitário Facex (UNIFACEX)		
End.:	Rua Orlando Silva	nº:	2897
Bairro:	Capim Macio	Cidade:	Natal
		CEP:	59.080-020
		UF:	RN
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	secretaria@facex.com.br		
Site	www.unifacex.com.br		

2.2.2. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

DADOS DE CREDENCIAMENTO:	
Documento/Nº:	Portaria nº 1.099/2012
Data Documento:	31 de agosto de 2012
Data da Publicação:	04 de setembro de 2012

2.2.3. DIRIGENTES PRINCIPAIS

Cargo	Pró-Reitor Acadêmico		
Nome:	Richard Medeiros de Araújo		
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	prorac@unifacex.edu.br		

Cargo	Reitora
--------------	---------

Nome:	Candysse Medeiros de Figueiredo		
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	candysse@unifacex.com.br		

2.2.4. HISTÓRICO DA IES

O Centro Universitário Facex - UNIFACEX tem os seus primórdios em 23 de maio de 1972, quando por determinação de sua mantenedora, o Centro Integrado para Formação de Executivos, foi implantado o curso de Secretariado Executivo. Surgia, através desta primeira ação pedagógica da mantida, a Faculdade para Executivos. Como tivesse sua origem em curso livre, a Faculdade pautou o seu fazer educacional, cumprindo o currículo pleno estabelecido pelo Conselho Federal de Educação.

Essa autonomia permitiu à mantenedora regularizar sua mantida, consoante ao disposto na Portaria Ministerial nº 942/79, bem como autorizar o seu curso matriz. Nesse aspecto a comissão verificadora foi incisiva no seu parecer ao pronuncia-se *in verbis*: este curso oferece condições para autorização e funcionamento. Através do Parecer SESU 267/19881, ficou autorizado o Curso de Secretariado Executivo, homologado através do Decreto nº 85.977, de 05 de maio de 1981.

Estava assim a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte, sucedânea da Faculdade para Executivos, devidamente legalizada, bem como suas ações pedagógicas retroagindo a 1972. Em síntese, o UNIFACEX conta hoje com 26 cursos superiores devidamente autorizados. Destes, quinze já passaram pelo processo de Reconhecimento, três aguardam a designação de Comissão para Reconhecimento e quatro ainda não atingiram o tempo mínimo necessário para solicitar o Reconhecimento.

A Instituição possui um Corpo Docente com mais de 180 professores qualificados: Doutores, Mestres e Especialistas, os quais se dedicam a preparar seus discentes cuidadosamente para construir o Brasil do futuro. Colaboradores da Central de Atendimento, Biblioteca e Laboratórios estão sempre disponíveis para recebê-los.

A instituição tem 5 Unidades construídas, com 89 salas de aulas, auditórios, anfiteatros, laboratórios especializados, reservadas ainda as salas da Educação Infantil, com 20.000m² de área construída. Todas as instalações são modernas, bem equipadas, adaptadas

aos Portadores de Necessidades Especiais, permitindo o amplo funcionamento de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino, na pesquisa e extensão.

O UNIFACEX já formou ao longo destes 43 anos, mais de 5000 alunos, nos seus diversos cursos, colocando, no mercado de trabalho, profissionais capacitados, com espírito inovador e empreendedor, mudando a realidade regional e do país.

O programa da Pós-Graduação conta cerca de 33 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Todos os cursos da Pós-graduação do UNIFACEX seguem rigorosamente a legislação pertinente e os certificados têm validade nacional, atendendo a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

A instituição apresenta IGC 4. Em 2014, foi publicada a homologação do Parecer 106/2012, do Conselho Nacional de Educação pelo Exmo. Ministro da Educação, transformando a Instituição em Centro Universitário FACEX.

No final do mês de novembro de 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o resultado dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Pelo segundo ano consecutivo o UNIFACEX obteve o maior IGC entre todos os Centros Universitários do Brasil.

Além desse, o UNIFACEX se destacou entre as Instituições de Ensino Superior do Estado, encabeçando o ranking. No comparativo, os cursos do UNIFACEX se destacam como melhores entre todas as instituições públicas e privadas do estado.

Segundo avaliação do Inep, o Centro conquistou Conceito 4 (IGC contínuo 3.6615) no Índice Geral de Cursos (IGC) , indicador de qualidade que avalia as Instituições de Ensino Superior.

2.2.5. ÁREA DE ATUAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 52.796,791 km² e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tem uma população estimada em 3.168.027 habitantes. A capital, Natal, de acordo com a última atualização do Censo 2010, tem 807.739 habitantes.

Além de Natal, o estado tem duas outras cidades com mais de 150 mil habitantes: Mossoró (259.815 habitantes) e Parnamirim (202.456 habitantes). Com mais de 50 mil

habitantes, temos os municípios de São Gonçalo do Amarante (87.668 habitantes), Ceará-Mirim (68.141 habitantes), Macaíba (69.467 habitantes), Caicó (62.709 habitantes) e Assu (53.227 habitantes).

2.2.6. POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO UNIFACEX

O UNIFACEX é uma instituição de ensino superior localizada na região metropolitana da cidade de Natal-RN. Além da capital do Estado, o UNIFACEX atende a outros municípios em uma região bastante povoada. A Tabela 1 a seguir demonstra a área de atuação do UNIFACEX que, de forma geral, atende à região metropolitana de Natal e municípios circunvizinhos, totalizando aproximadamente 1.473.267 habitantes.

LOCAL	POPULAÇÃO
ESTADO	3.168.027
Natal	869.954
Parnamirim	242.384
Ceará-Mirim	72.878
Macaíba	78.021
Extremoz	27.525
São Gonçalo do Amarante	98.260
São José de Mipibú	39.776
Monte Alegre	20.685
Nísia Floresta	23.784

Tabela 1: População de natal e municípios circunvizinhos
Fonte: IBGE (2015)

Vivemos um momento na história humana pelo qual conhecer é empoderar-se. O mercado busca profissionais que apresentem um currículo onde fique evidenciado seu interesse pelo conhecimento, pois em um mundo globalizado é exigido dos profissionais o estabelecimento de conexões e competências que só o conhecimento é capaz de mobilizar.

É importante destacar que a dinamicidade das mudanças de natureza social, política, econômica, cultural e tecnológica, oriundas do reflexo da globalização, repercute na necessidade das pessoas apropriarem-se do conhecimento sistematizado para fazer frente às novas exigências do mundo do trabalho e da própria sociedade.

Nesse contexto, a busca da população pelo acesso à educação tornou-se um imperativo por parte dos cidadãos, fato que tem ocasionado impactos na educação superior, sob diversos aspectos.

No Rio Grande do Norte, o UNIFACEX desenvolve suas atividades no município de Natal, mas os reflexos da sua ação são sentidos numa área de abrangência formada, principalmente, por 09 municípios, conforme mostra a Tabela 1 anterior.

Apesar dos avanços obtidos, nos últimos anos, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é evidente a importância da participação das instituições privadas para a inclusão e melhoria do ensino superior no Brasil, devido, principalmente, à limitação que os meios públicos demonstram de atender a demanda existente.

De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que até então estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

2.2.7. CONTEXTO EDUCACIONAL

Até a segunda metade da década de 1990 foi realizada no Brasil uma reforma educacional sem precedentes, que ainda está em processo. Com efeito, do ensino fundamental ao superior uma institucionalização de leis e decretos, promulgados desde 1995, acionou mudanças em aspectos tão variados quanto financiamento, gestão, acesso, avaliação, currículo e carreira docente. Continuou avançando através de outros modelos de gestão da educação brasileira.

A oferta no Ensino Médio em 2017 totalizou 7.930.384 matrículas, 2,49% menor que em 2016. Do total de vagas ofertadas no Brasil, 92,13% (7.306.275) constam no regime de tempo parcial e 7,87% (624.109) em regime de tempo integral. Assim como em anos anteriores, a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 84,75% das matrículas. A rede privada atende 12,84% e as redes federal e municipal atendem juntas pouco mais que 3% (INEP 2017).

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica (INEP 2017), esta distribuição ocorre em todas as regiões, com pequenas variações. Das 126.265 vagas ofertadas no Rio Grande do Norte em 2017, 98.397 (77,93%) foram ofertadas pela rede estadual, 16.213 (12,84%) pela rede privada, 11.655 (9,23%) pela rede Federal de ensino. Não houve neste período oferta de vagas na rede municipal para o Ensino Médio.

Unidades da Federação	Nº Matrículas Ensino Médio
Nordeste	2.220.128
Maranhão	318.515
Piauí	141.248
Ceará	369.610
R. G. do Norte	126.265
Paraíba	143.636
Pernambuco	352.383
Alagoas	118.933
Sergipe	79.237
Bahia	570.301

Número de matrículas no ensino médio em 2017.
Fonte: MEC/Inep/Deed.

A Educação Básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

Esta última finalidade deve ser desenvolvida precipuamente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando" a ser desenvolvida por um currículo que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

O MEC está em processo de implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que é definido como uma ferramenta gerencial que orienta a administração escolar. Todas as ações realizadas com os Estados e Municípios necessitam de articulações através da construção e apresentação de Plano de Ações que contemplam inclusão, espaço de participação da comunidade escolar, atuação dos conselhos, garantindo a democracia e

descentralização do poder, e desconcentração do fazer administrativo, acadêmico e pedagógico.

A expansão do ensino superior tem sido uma realidade educacional em todo o Brasil, pois as Instituições de Ensino Superior (IES), respondem às necessidades e exigência do mercado. Para uma melhor visualização do crescimento vejamos os dados a seguir.

Evolução do Número de Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa e Matrículas – Brasil – 2012– 2016.

Categoria Administrativa						
Ano	Total Geral	Total Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2012	31.866	10.905	5.978	3.679	1.248	20.961
2013	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199
2014	32.878	11.036	6.177	3.781	1.078	21.842
2015	33.501	10.769	6.313	3.709	747	22.732
2016	34.366	10.542	6.234	3.574	734	23.824
Matrículas						
Ano	Total Geral	Total Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623

Tabela elaborada pela Deed/Inep. Observação: Não inclui Área Básica de Ingresso (ABI).
Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 – 2016).

O Brasil registrou 8.048.701 estudantes matriculados em cursos de graduação no ensino superior, segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2017). Os números são referentes ao ano de 2016.

São 21.404 matrículas a mais que em 2015, um crescimento de 0,27%, sendo 1,94% na rede pública e uma redução de 0,27% na rede privada. O crescimento do número de matrículas foi inferior em relação ao censo anterior, quando o número de matrículas aumentou 2,55% de 2014 para 2015, especialmente a rede privada de ensino, que registrou neste mesmo período um aumento de 3,55%.

A sinopse mostrou também que em 2016 o número de concluintes subiu em 1,69% em relação ao número de concluintes de 2015. De igual modo, este aumento foi inferior ao observado na sinopse anterior, quando foi registrado um aumento de 11,97% no número de concluintes de 2014 para 2015, tendo a rede privada um aumento de 15,90%.

Do total de estudantes universitários, 6 milhões (75,27%) estão nas instituições particulares. O restante (2 milhões) divide-se entre instituições federais (1,24 milhão), estaduais (623 mil) e municipal (117 mil). Os alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 34.366 cursos, oferecidos por 2.407 instituições.

Os dados mostram uma redução de 3,74% no número de alunos que ingressam em cursos de graduação presenciais (caiu de 2.225.663 em 2015 para 2.142.463 em 2016). Se comparado a marca alcançada em 2013 (2.742.950), a redução marca 21,89%, em termos nominais, houve neste período uma redução de 600.487 discentes ingressando em cursos superiores presenciais no Brasil.

No estado Rio Grande do Norte podemos visualizar a seguir a evolução do perfil das IES que compõem a oferta.

Instituições de Ensino Superior (IES) no RN (2012-2016)

Ano	Instituição de Ensino Superior			
	Privadas	% variação	Públicas	% variação
2012	19	-	5	-
2013	20	5,26%	5	0
2014	23	15%	5	0
2015	23	0	5	0
2016	23	0	5	0

Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 – 2016).

Os dados mostram que o número de IES públicas permaneceu inalterado no RN no período analisado, 2012-2016. Quanto às instituições privadas, exibiram um crescimento de 5,26%, no ano de 2013. No ano subsequente, observou-se um crescimento significativo (15%) no mesmo quesito e desde então o número de IES privadas (23) mantém-se inalterado até a última publicação (2016). Avançando, demonstramos as matrículas ocorridas nas IES do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 2012 até 2016.

Matrícula nos cursos de graduação presencial das IES do RN (2012-2016)

Ano	IES Públicas	% variação	IES Privadas	% variação
2012	44.896	-	57.926	-
2013	47.790	6,45%	63.074	8,89%
2014	48.246	0,95%	62.277	-1,26%

2015	49.574	2,75%	63.276	1,60%
2016	50.117	1,10%	55.516	-12,26%

Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 – 2016).

As matrículas nos cursos de graduação presencial das instituições públicas e privadas aumentaram no geral em 2,73% no RN, passando de 102.822 em 2012 para 105.633 em 2016. As IES públicas detêm 47,44% das matrículas e as privadas 52,56%. Nas públicas o aumento de matrículas no mesmo período foi de 11,63% e nas privadas houve uma redução de 4,16%. Ainda sobre o número de matrículas nos cursos de graduação presencial das IES do RN, evidencia-se que em 2013, houve um aumento substancial, 7,82%, e desde então verifica-se números levemente superiores nas IES públicas e inferiores nas instituições privadas.

O crescimento do número de matrículas nas IES públicas acontece no período de modo crescente e contínuo, enquanto que nas IES privadas há oscilação, sendo verificada até taxa de crescimento fortemente negativa, a de – 12,26% no ano de 2016.

Em contraponto, no que diz respeito ao número de cursos de graduação presencial nas IES do RN, a análise é inversa. O número de cursos ofertados nas IES públicas do RN reduziu 6,6%, saindo de 288 em 2012 para 269 em 2016, ao passo que nas IES privadas houve um aumento de 30%, como se visualiza a seguir.

Número de Cursos de Graduação presencial nas IES do RN (2012-2016)

Ano	IES Públicas	% variação	IES Privadas	% variação
2012	288	-	170	-
2013	278	-3,5%	185	8,8%
2014	264	-5,0%	201	8,6%
2015	269	1,9%	210	4,5%
2016	269	0,0%	221	5,2%

Fonte: MEC/Inep/Deed.

O Quadro anterior mostra o número de cursos de graduação presencial nas IES do RN que totalizam 490, no período de 2012 a 2016, sendo que, em 2016, as públicas detinham 54,9% dos cursos e superam em 48 cursos as IES privadas. É possível inferir portanto, que o indicador de número de alunos por curso tem reduzido nas IES privadas.

Embora os dados apresentem o domínio das IES públicas no que diz respeito ao número de cursos de graduação presencial, é importante observar que não houve evolução percentual nesta categoria de 2015 para 2016. Na rede privada percebem-se aumentos consideráveis e sequenciais, totalizando em 2016 a oferta de 221 cursos presenciais no estado.

As 28 (vinte e oito) IES do estado do Rio Grande do Norte equivalem apenas a 1,16% do total do País e 5,83% da Região Nordeste. Destas, 23 são instituições privadas que respondem por 50.117 matrículas que correspondem a 47,44% das efetivadas no ensino superior do Estado, dados do Censo do Ensino Superior de 2016.

O INEP (2015) traz um panorama do Plano Nacional de Educação- PNE (2014-2024), em que mostra a necessidade de ampliação da oferta de vagas no ensino superior brasileiro. A meta 12 do PNE objetiva elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Com isso o espaço institucional para contribuição do Centro Universitário FACEX com o cumprimento da referida meta vai ao encontro da necessidade da própria política de educação proposta.

É evidente que a Meta é desafiadora, pois como reflete o INEP (2015) não obstante a tendência de crescimento da taxa bruta de matrícula observada entre 2012 e 2016, o indicador ainda se encontra distante da meta para 2024 que é de 50%.

Esse crescimento que o mundo da educação vem carecendo é o *locus* de ação das IES Privadas, que somada com as demais decisões de outras IES devem envidar esforços para o alcance da Meta 12 e das demais constantes no PNE e que couberem ao ensino superior. De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que até então estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

Diante dessa realidade, o UNIFACEX, respaldado em 47 anos de serviços prestados a educação regional, apresenta-se à sociedade norte-rio-grandense como uma opção de ensino superior que contribui para melhorar a oferta de conhecimentos técnicos e científicos

para os alunos oriundos do ensino médio através de cursos reconhecidos pelo MEC distribuídos nas diversas áreas do conhecimento.

A proposta de desenvolvimento do UNIFACEX vem ao encontro do compromisso de manter o progressivo crescimento para atender às necessidades locais e regionais de forma que faça desta Instituição uma das principais referências em ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão do Estado do Rio Grande Norte.

2.3. INSTITUIÇÃO **CARACTERÍSTICAS DA**

2.3.1. PERFIL INSTITUCIONAL

2.3.1.1. Missão

A missão do Centro Universitário FACEX, é “disseminar os saberes, entendendo o contexto e atendendo a sociedade por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão, comprometido com o desenvolvimento político, ético, cultural e socioambiental.”

2.3.1.2. Visão de Futuro

Em sua visão de futuro, o Centro Universitário FACEX pretende consolidar-se como uma das mais importantes instituições de ensino superior do estado e da região, contribuindo com o ensino, a iniciação científica e a extensão, sempre sintonizado com as tendências e vocações do mundo do trabalho e com o desenvolvimento sustentável da região onde está inserido.

2.3.1.3. Princípios

A missão institucional demonstra que o Centro Universitário FACEX está comprometido com a qualidade intelectual da formação de seus alunos, com a qualidade do atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais.

Este compromisso institucional está ancorado em princípios filosóficos e crenças ético-educacionais que norteiam as suas ações, entre os quais cabe destacar:

- Consciência de sua responsabilidade social, compromissado com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- Atuação permanente no resgate da cidadania – na formação do cidadão, ser ético e político, consciente de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;
- Ação aglutinadora, aberta a todo saber, crítica, criativa e competente, capaz de contribuir com o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserido.
- Compromisso com resultados na busca contínua do elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;
- Disponibilidade para fazer parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos;
- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Garantia de padrão de qualidade e vinculação entre a formação acadêmica, o trabalho e as práticas sociais.

2.3.1.4. Objetivo Geral

Formar profissionais e desenvolver atividades acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo, bem como a construção dos valores humanos, tendo em vista os problemas do mundo presente, visando contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Destaca-se que o objetivo geral será traduzido da seguinte forma:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades;
- Formar valores humanos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar e apoiar a iniciação e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas no Centro Universitário;
- Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem;
- Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem; e
- Ser uma instituição compromissada com o desenvolvimento da cidade de Natal e, em especial, do Estado do Rio Grande do Norte e com a preservação da memória das manifestações culturais e folclóricas de seu povo.

2.3.1.5. Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Aperfeiçoar, permanentemente, a organização administrativa com vistas à eliminação de disfunções burocráticas e à promoção da gestão proativa de médio e longo prazo;
- Desenvolver o corpo docente e técnico-administrativo, viabilizando a associação entre o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social da Instituição;
- Sistematizar projetos e programas para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento do corpo discente;
- Aperfeiçoar a organização didático-pedagógica de forma a garantir atividades e serviços acadêmicos de excelência;
- Ofertar cursos de graduação e de pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento e em consonância com os anseios da sociedade e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho;
- Fomentar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a extensão e a cultura extensionista, aberta à participação da comunidade, visando à difusão dos resultados e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- Propiciar condições e infra-estrutura compatível com a comunidade acadêmica e com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Centro;
- Consolidar mecanismos de gestão financeira e orçamentária que permitam o desenvolvimento institucional sustentável;
- Aprimorar o processo de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, do planejamento e da gestão universitária.

Ressalta-se que esses objetivos específicos representam o fundamento para a construção das metas e do plano de ação institucional.

2.3.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do PDI, bem como, verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

A Avaliação Institucional, atividade de natureza permanente, tem por objetivo o aprimoramento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social, por meio da valoração da prática dos princípios, finalidades e objetivos da Instituição. Os processos de Avaliação, com a participação de todos os segmentos acadêmicos e administrativos da Instituição, objetivando estabelecer um confronto entre as políticas institucionais e a sua efetiva implementação por meio de atividades, cursos, programas, projetos e setores, devem ser desenvolvidos em conformidade com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com outros instrumentos de gestão, considerando as diferentes dimensões institucionais previstas no SINAES. Os resultados dessa avaliação, servirão como auxílio para melhoria da gestão curso, de cunho administrativo, com proposições de ações, e nas atividades de suporte ao ensino, a iniciação científica e de extensão para debates e ajustes na coordenação.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação.

Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhadas por toda a comunidade acadêmica. Nesta perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de auto-superação pelos atores-sujeitos e de auto-regulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia.

Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

A avaliação do desenvolvimento institucional é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. Desta forma, a política para a avaliação institucional no UNIFACEX esta assentada nos seguintes objetivos:

- Orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho, em consonância com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Reformular as políticas gerais da Instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o Programa;
- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;
- Incrementar o Processo de Avaliação Institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medidas elas se articulam e correspondem à missão da Instituição na formação do profissional, na produção, divulgação e aplicação do conhecimento;

- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, a Avaliação do Desenvolvimento Institucional implica a criação de uma metodologia de acompanhamento ordenado das ações e prioridades, analisando a distância entre o pretendido e o realizado com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos do UNIFACEX e de sua imagem junto à sociedade, tendo como parâmetro de eficácia o alcance social das atividades, a eficiência do funcionamento e o crescimento destas atividades.

Desde a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pelo Ato GD nº 02, de 10 de junho de 2004 e aprovada pelo CONSUP em 11 de agosto de 2004, o processo de Auto-Avaliação passou a ser uma das atribuições da CPA. Para tanto se utiliza de uma gama de instrumentos de acompanhamento e avaliação institucional que se encontra descrita no documento intitulado de “Plano de Avaliação Institucional”. Nele são detalhadas todas as fase do processo de avaliação interna, bem como aspectos metodológicos e epistemológicos relevantes. É importante ressaltar que, de forma geral e independente do instrumento utilizado, a CPA entende que as orientações do Conselho Nacional de Ensino Superior - CONAES, através das 10 dimensões, norteiam as políticas institucionais de planejamento e de avaliação. Atualmente a autoavaliação da Instituição segue a sistemática da figura a seguir:

DESENHO DA AVALIAÇÃO

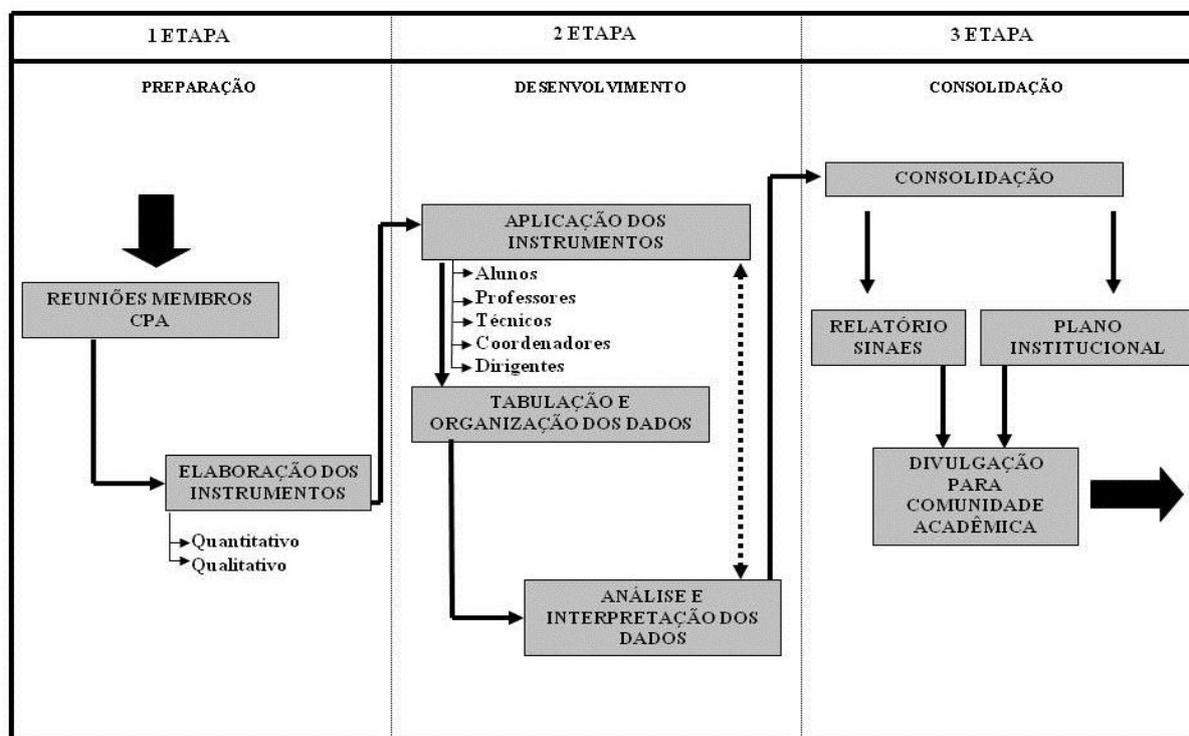


Figura 3: Sistemática de Avaliação da CPA.

2.3.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

O registro e controle acadêmico, envolvendo todas as atividades discentes, são feitos pela Secretaria da Instituição por meio de programas informatizados apropriados para este fim. O registro acadêmico é feito por um sistema que atende aos requisitos de segurança, confiabilidade, transparência e agilidade das informações.

O sistema de informação *Universus* registra os dados desde o processo seletivo até a graduação dos alunos. O sistema permite: a matrícula dos alunos; a geração das turmas; acompanhamento das notas; a emissão do histórico escolar; emissão do diário de classe; acompanhamento financeiro; protocolo; espelho da folha de pagamento dos professores; gráficos de avaliação individual, em grupo, por disciplina, por curso, ingresso, evasão, transferências e outros. Servindo à comunidade, o *Universus-Net* possibilita ao discente ter acesso as informações quanto ao vínculo com a instituição, histórico escolar,

acompanhamento de notas, boletos de pagamento e demais requerimentos de interesse acadêmico, tudo pela internet.

Para garantir o bom funcionamento da organização é preciso trabalhar e aprimorar os meios de comunicação internos e externos da organização. A comunicação interna é um dos responsáveis pela eficiência operacional das atividades institucionais. Permite o adequado fluxo da informação e a correta execução das tarefas em todos os níveis organizacionais. Já a comunicação externa garante a interação com a sociedade, promovendo um canal bilateral de comunicação.

Para garantir a boa comunicação interna, o UNIFACEX utiliza, dentre outras ferramentas, o *e-mail*. O UNIFACEX possui domínio próprio e todos os setores e funcionários têm e-mails corporativos, facilitando assim a comunicação rápida, segura e eficiente. Para a comunicação com os alunos, a instituição edita bianualmente o Manual do Aluno no qual são colocadas todas as informações necessárias para o direcionamento acadêmico e administrativo.

Nesse Manual estão expostos os principais pontos dos regulamentos institucionais, bem como os direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade acadêmica. Além disso, a instituição faz uso da importante ferramenta AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), utilizado para viabilizar o fluxo de informação entre a comunidade acadêmica bem como para dar suporte nas atividades servindo de apoio ao ensino e aprendizagem.

Sempre que necessário a Reitoria edita Ofício Circular comunicando as informações importantes para o bom andamento das atividades previstas no calendário acadêmico. As diversas unidades de ensino dispõem, ainda, de murais nos quais são fixadas informações pertinentes aos cursos e as suas respectivas Coordenações. O UNIFACEX também mantém em sua página na Internet, no endereço www.unifacex.com.br, as informações atualizadas do calendário acadêmico, bem como as últimas informações institucionais. Atualmente, a Internet tem se mostrado um canal bastante eficiente para garantir um fluxo contínuo de informação entre a instituição e o meio externo.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Um Projeto Pedagógico de Curso encerra em si um ideal político pré-definido e uma proposta de trabalho acadêmico detalhada que, por sua vez, descreve um conjunto de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em um dado público alvo pretendido, tudo com base nos referenciais e preceitos associados a tais capacidades, e a metodologia a ser adotada.

Este projeto foi elaborado em atendimento ao artigo 12 da Lei 9.394/96 (LDB) que determina *“os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I. Elaborar e executar a sua proposta pedagógica;”*.

Neste projeto se explicita a identidade do curso pretendido contemplando as tendências que regem a produção do saber na área do conhecimento das ciências jurídicas, pautando-se nelas para formar o profissional que se ajuste ao mercado de trabalho, quando essa necessidade se fizer presente. Em outras palavras, em sua intencionalidade, é comandado pelo futuro, pela visão prospectiva, a partir de um presente que se vive.

3.1.2. Justificativa do Curso

O curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, instrumental e ético-político, capazes de responder as demandas do mercado, bem como responder ao atual contexto, problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses populares.

Reconhecida como uma profissão de caráter interventivo no âmbito da “questão social”, a trajetória do Serviço Social na sociedade brasileira demonstra o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e a consolidação de um espaço sócio ocupacional conquistado pela profissão.

Essa trajetória mostra que o surgimento da profissão e sua formação acadêmica no Brasil, nos anos de 1930, está relacionado às estratégias de enfrentamento da “questão social”. Os Assistentes Sociais, oriundos do seio católico, são requisitados pelo bloco dominante - Igreja, empresariado e Estado – para atenuar as sequelas da “questão social”, realizando uma ação educativa de controle político das classes trabalhadoras e de prestação de serviços assistenciais. Nesse contexto, as primeiras escolas de Serviço Social nascem como unidades isoladas, vinculadas à Igreja e ao Estado, e caracterizam-se por realizar uma formação mais doutrinária do que técnica.

No Rio Grande do Norte, o primeiro curso de Serviço Social foi criado em 2 de junho de 1945, sob o nome de Escola de Serviço Social de Natal (ESSN), a partir de acordo firmado entre a Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal – JFCBN e a Legião Brasileira de Assistência – LBA, em face da necessidade de qualificação de agentes para intervir nas expressões da “questão social”, notadamente nos problemas decorrentes da II Guerra Mundial e da seca de 1942.

O projeto de institucionalização/profissionalização do Serviço Social na década de 1940, devido ao acirramento da “questão social” no país, ampliou as respostas do Estado burguês para enfrentamento da mesma, via implementação de políticas sociais, o que conferiu ao Assistente Social o papel de executor dessas políticas. A partir daí, a profissão legitima-se no circuito institucional de organismos estatais e privados como uma profissão assalariada, demarcando o surgimento de um espaço sócio ocupacional que constitui mercado de trabalho para o Serviço Social (Paulo Netto, 1992, p. 70-71)¹.

Tal mercado passa a exigir uma formação acadêmica mais consistente, teórica e tecnicamente representada, nesse momento, pela adoção do Neotomismo/Positivismo/Funcionalismo nos marcos do pensamento conservador.

Nesse processo de crescente profissionalização do Serviço Social que se traduz num movimento de secularização da profissão e da sua formação acadêmica, no ano de 1956, o Ministério da Educação e Cultura reconhece o curso como de nível superior. Em Natal, o curso de Serviço Social agregou-se à Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1965.

1 NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, 1992.

A consolidação do mercado de trabalho ocorre nos anos de 1960, quando a burocratização do Estado autoritário passa a requisitar mais Assistentes Sociais - especialmente no âmbito do Estado - capacitados para realizar uma ação profissional “moderna”, de tendência tecnicista e imparcial. A assunção desse Projeto Profissional de Modernização, vinculado ao projeto de legitimação da autocracia burguesa, impulsiona fortemente a criação de novos cursos de Serviço Social, referendados por uma formação profissional fundamentada no estrutural-funcionalismo e nos pressupostos neotomistas.

A construção desse projeto profissional de modernização, caracterizado pelo desempenho tradicional e adoção de suportes teórico-metodológicos e ideológicos conservadores, passa a ser questionada pelos profissionais em todo o continente latino-americano nos anos de 1960. Denominado Movimento de Reconceituação, este momento foi responsável pelo redirecionamento dos rumos profissionais, para uma prática de defesa do projeto das classes trabalhadoras e orientada pela tradição marxista.

No Brasil, esse processo se consolida na década de 1980, com o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo e aliança com as classes trabalhadoras. Para isso, o Serviço Social se apropria das fontes originais da teoria social crítica marxiana, o que lhe garante uma maioria intelectual na produção científica sobre a profissão, com o trabalho de Iamamoto & Carvalho². Ainda são expressões desse momento a elaboração de um novo currículo em 1982, fundamentado numa sólida formação crítica de inspiração na teoria marxiana, bem como a aprovação de um novo Código de Ética, em 1986, claramente afinado com os interesses dos trabalhadores, enquanto resposta às exigências de redemocratização da sociedade e defesa do projeto das classes populares.

Nos anos de 1990, a profissão encontra-se consolidada. No âmbito da Formação profissional, a produção científica, a expansão da pós-graduação, o diálogo interdisciplinar com outras áreas de conhecimento e o reconhecimento pelas agências de fomento à pesquisa demonstram o amadurecimento acadêmico do Serviço Social. Em relação à organização política, a categoria profissional mostra um atento protagonismo político nas suas entidades representativas, ou seja, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), A

² IAMAMOTO M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

Executiva Nacional e estudantes de Serviço Social (ENESSO), com a participação de profissionais nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e a ação política da categoria na defesa e controle social das políticas públicas. No terreno da prática profissional, ainda que exista uma distância entre as vanguardas acadêmicas e os profissionais “de campo” e a não consolidação de uma “nova legitimidade” para o Serviço Social junto às classes subalternas (NETTO, 1996, p.108)³, as orientações ético-políticas do exercício profissional indicam a necessária vinculação entre o projeto profissional e o projeto das classes populares.

Essa trajetória permite observar que atualmente o Serviço Social reafirma o seu reconhecimento no mercado de trabalho pelo desempenho de habilidades e competências no âmbito da prestação de serviços sociais, direitos e políticas sociais de enfrentamento da “questão social”, destacando-se, nas últimas décadas, pela consolidação de sua atividade no campo da Seguridade Social, Criança e Adolescente, Gênero e Família, Movimentos Sociais, Terceira Idade, Portadores de Necessidades Especiais, entre outros.

Além dessas áreas, a vasta literatura sobre o Serviço Social contemporâneo demonstra que novas frentes de trabalho surgiram com o processo de democratização da sociedade e municipalização das políticas sociais, preconizados pela Constituição Federal de 1988. O (A) Assistente Social é chamado (a) a intervir na capacitação da sociedade civil: movimentos sociais e sindicais, organizações profissionais, o parlamento e os conselhos de controle social das políticas públicas, intervém ainda na formação, gestão, fiscalização e avaliação de políticas sociais, pesquisas e estudos da realidade social.

De outro lado, as propostas neoliberais de redução de gastos na área social e Reforma do Estado, direcionadas para a refilantropização do atendimento à “questão social”, mudam o espaço, as condições e relações de trabalho dos (as) Assistentes Sociais. Há o alargamento do espaço de trabalho, tanto no setor público quanto privado, embora haja uma precarização das relações trabalhistas, própria da estruturação produtiva vigente na contemporaneidade.

³ NETTO, J.P. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n.50, p.87-132, abr. 1996.

Segundo Netto (1996, p.120), as características estruturais da sociedade brasileira e sua inserção no sistema capitalista mundial demonstram que a demanda para o Serviço Social não tende a se contrair. As perspectivas são de ampliação do mercado de trabalho, tendo em vista a imbricação de demandas “tradicionais” e “novas” postas pelo acirramento da “questão social” na sociedade brasileira.

Em sintonia com esse desenvolvimento alcançado pela profissão e referenciado pela concepção de ensino a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o curso de Serviço Social do UNIFACEX amplia o lócus de produção de conhecimento e intervenção sobre as manifestações da “questão social” na região da grande Natal/RN, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e estágio, desenvolvidas por seus professores e alunos.

Nesse sentido, o curso oportuniza uma maior oferta de vagas a alunos que não foram absorvidos pela UFRN, sendo a única alternativa de um curso de Serviço Social no turno noturno na cidade de Natal/RN. Dessa forma, tal iniciativa também contribui com a democratização do acesso ao ensino universitário no Brasil.

Na realidade do município de Natal/RN, a distância entre o número de candidatos e o de vagas parece indicar um quadro mais crítico em relação à média da região Nordeste. Conforme dados da Comissão Permanente de Vestibular- COMPERVE/UFRN, no ano de 2006, o Curso de Serviço Social foi um dos mais concorridos. A média da demanda final de candidatos inscritos para o curso matutino foi de 10,18%, e para o vespertino, de 8,8%. Embora tenha havido a criação de cursos de Serviço Social (presencial e à distância) nesse período, o curso de Serviço Social da FACEX, permanece sendo o único oferecido no turno noturno.

Os indicadores sociais de Natal revelam um cenário de apartheid social. Segundo França, (2003)⁴, a cidade sofre o impacto de uma rápida urbanização, constituindo-se no principal destino da população migrante do Estado, apresentando um elevado crescimento populacional nas últimas quatro décadas.

O IBGE (2013) aponta que 10,06% da população de Natal vive em favelas ou comunidades carentes. De acordo com o estudo, um total de 80.774 moradores vivem nestas áreas. A capital do RN conta 22.561 domicílios nestas áreas (Favelas ou

⁴ FRANÇA, Mardone C. **Um olhar sobre Natal: tão bela e desigual.** Natal/RN, 2003.

comunidades). Ainda de acordo com o estudo, dos 28.075 moradores que tem acesso à educação, apenas 4,53% cursos de nível superior, maior que a média nacional, que é de 1,6%. Cerca de 62,1% deles frequentam escola ou creche.

Nesse sentido, o curso de Serviço Social do UNIFACEX reconhece a necessidade de solidificar uma formação profissional que privilegie o acompanhamento sistemático desse quadro, com investimento na dimensão investigativa, bem como na capacitação técnico-político para elaborar e efetivar propostas de trabalho para a ampliação dos direitos da imensa população. Por esta razão, em seu projeto pedagógico, assume como linha vocacional para o curso a capacitação para o enfrentamento da “questão social”, por meio do aperfeiçoamento de estratégias propositivas e criativas de trabalho, relacionadas à formulação, gestão, avaliação de programas e projetos sociais, assessoria e consultoria a organizações Não-Governamentais, Governamentais, Movimentos Sociais e demais entidades do chamado Terceiro Setor.

3.1.3 Concepção do Curso

O Curso Superior de Serviço Social tem por missão formar profissionais habilitados a apreender criticamente a realidade sócio histórica em suas múltiplas determinações, para intervir nas diversas expressões da questão social, na perspectiva de ampliação e consolidação dos direitos de cidadania.

Regime de Matrícula e do Curso

- Regime: Semestral

Integralização do Currículo

- Mínimo: 08 Semestres
- Máximo: 14 Semestres

3.1.4 Articulação do PPC com o PDI

No ato da formulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social do UNIFACEX, e suas atualizações seguintes, o PPI e o PDI (institucionais) foram e sempre serão

os norteadores em relação aos aspectos teórico-metodológicos, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações de formação que o Curso de Serviço Social precisa seguir e respeitar, para se alinhar às ideias e determinações de tais documentos político-normativos maiores da IES.

O curso é concebido como sendo uma unidade acadêmica dotada de autonomia acadêmico-pedagógica para formar profissionais para atuarem em determinada área do conhecimento e mercado. Para que sua concepção seja levada efetivamente até as atividades acadêmicas, sua missão e seus objetivos, e para que o perfil desejado do egresso seja atingido, torna-se fundamental a articulação do PPC do Curso com o PDI e o PPI da IES.

De forma mais geral e definitiva, o PPC do curso de Serviço Social do UNIFACEX está relacionado e adequado com as políticas apresentadas no PPI e no PDI em relação a:

- Flexibilização do currículo a fim de proporcionar ao aluno maior autonomia na sua formação acadêmica, o que se comprova inquestionavelmente pela oferta na Matriz Curricular do Curso de várias disciplinas de tipologias, nomenclaturas e conteúdos variáveis ou optativos;
- Reuniões com o corpo docente do Curso, especialmente com o NDE e o CONSEC do Curso, para discussão e análise (e até atualização) permanente do seu Projeto Político-Pedagógico, levando-se em consideração sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas consolidadas e emergentes postas às profissões jurídicas;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- Discussão sobre a qualidade do curso de graduação, nos diferentes fóruns, envolvendo Pró-reitores, Reitoria, Coordenadores e Conselhos.

3.1.5. Concepção do processo ensino-aprendizagem

A concepção do processo ensino-aprendizagem atual do Curso de Serviço Social do UNIFACEX encontra resposta na máxima de que somente com atividades, ações e

características produtivas e eficazes de envolvimento do corpo discente, a proposta pedagógica maior do Curso será atingida e cumprida. O ensino, de valores e conteúdos, depende de ferramentas próprias de cumprimento de suas finalidades, que é formar o aluno.

3.1.6. Regime acadêmico, estrutura e duração do Curso

O Curso é organizado no regime Seriado Semestral (com disciplinas obrigatórias e específicas para o respectivo período/turma, segundo a Matriz Curricular vigente, disciplinas estas organizadas segundo uma sistemática/lógica crescente de habilidades, competências, /especialização e conhecimentos técnicos), em que cada “Semestre Letivo” de oferta sequencial corresponde a um “Período” do Curso, tendo o Curso 08 (oito) Semestre Letivos ao todo, correspondentes cada um a 08 (oito) Períodos Acadêmicos.

3.1.7. Interdisciplinaridade no Curso

A interdisciplinaridade se realiza pela execução de uma proposta pedagógica concebida com o objetivo de sistematizar, facilitar e agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da convergência de assuntos similares ou afins nas disciplinas do semestre, bem como resgatar e aplicar competências adquiridas em semestres anteriores, para que assim se desenvolvam atividades de pesquisa nas quais alia-se teoria e prática, a fim de que o aluno possa perceber as nuances desta relação.

3.1.8. Flexibilidade

O planejamento do Curso de Serviço Social do Unifacex centrou-se nos os 04 (quatro) pilares da Educação Contemporânea (aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprende a ser) (DELORS, 2001), priorizou-se os princípios da flexibilização curricular, da interdisciplinaridade, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, da articulação entre teoria e prática.

A estrutura curricular do curso apresenta-se com caráter dinâmico e flexível. As práticas como componentes curriculares - PCCs (práticas pedagógicas) articuladas aos

conhecimentos teóricos das disciplinas em cada período possibilitam, ao longo do curso, a introdução de conhecimentos e formas de trabalho pedagógico que atendam às necessidades mais imediatas do aluno no trato de questões específicas de sala de aula e da escola em geral. A articulação teórico-prática se faz presente na metodologia utilizada no curso. Nessa perspectiva, as atividades de estágio e extensão articulam os saberes teóricos, metodológicos e ético-políticos estudados nas disciplinas que compõe a estrutura curricular. Dessa forma, o aluno sistematiza os conhecimentos agindo, refletindo e agindo.

A flexibilidade curricular acontece quando é exercida a autonomia universitária proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (LDB). O Plano Nacional de Educação instituído pela Lei 10.172/2001 preconiza que as Diretrizes Curriculares sejam flexíveis. Os pareceres do CNE número 776/97 e o 583/2001 evidenciam que a flexibilização nos currículos deverão abranger a formação prévia e as expectativas dos formandos.

3.1.9. . CONCEPÇÃO DE PESQUISA, FOCO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa é incentivada por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC) a qual tem por objetivo estimular o desenvolvimento do pensar criativo e a formação do conhecimento prático e metodológico do aluno de graduação, sempre sob a orientação de um professor-orientador participante do projeto de pesquisa.

O PROIC prevê duas modalidades de participação do aluno:

Bolsista: é o aluno que obteve maior destaque nos critérios de seleção. Este aluno receberá uma bolsa anual para um período de dez (12) meses.

Voluntário: é o aluno selecionado para o Programa de Iniciação Científica, que não recebeu bolsa e deseja participar de projetos de pesquisa como voluntário em atividade extraclasse, sem remuneração, com o objetivo de enriquecer sua futura carreira profissional.

Os alunos participantes do PROIC/UNIFACEX poderão receber um atestado de participação, desde que cumpridas todas as diretrizes aqui estabelecidas, bem como as atividades explicitadas em um plano de trabalho.

É importante evidenciar que a seleção dos bolsistas de iniciação científica (PROIC/UNIFACEX) será de responsabilidade dos Coordenadores de Cursos, juntamente, com líderes de grupos e coordenador de projeto. Para tanto, deverá:

- Divulgar entre os alunos de graduação os objetivos e o período de inscrição no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PROIC/UNIFACEX), através de edital (em anexo);
- Colocar o formulário de inscrição, na internet (site e no Ambiente Virtual de Aprendizagem), à disposição dos alunos candidatos ao Programa;
- Definir os critérios de seleção que irão adotar;
- Convocar dois professores-pesquisadores, preferentemente com titulação mínima de mestre, para comporem uma Comissão de Seleção que selecionará os alunos aptos ao Programa.
- Informar a Coordenação de Pesquisa e Extensão, em ata assinada pela Comissão, os nomes, em ordem alfabética, dos alunos selecionados para o Programa.

3.1.10. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária é uma importante e necessária forma de atuação acadêmica, ao lado do Ensino e a Pesquisa, que visa o aprimoramento dos conhecimentos por meio de articulações entre educação, cultura e ciência, estimulando a integração social entre academia e sociedade. Essa integração pode ser compreendida como uma relação social de impacto e transformação onde os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida, elegendo questões prioritárias, formulando soluções, compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

Através da realização das ações de extensão, os estudantes e toda a comunidade interessada, têm a chance de desenvolver habilidades teóricas e práticas que venham a contribuir com seu crescimento pessoal e profissional. Essas ações são pensadas, inicialmente, a partir do princípio de indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Ao assumir esta postura o UNIFACEX expressa uma nova visão da sociedade em que se insere. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre a IES e a população. Por

outro lado, retira o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, sinalizando para uma IES voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade visa produzir saberes tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, permitir que diferentes setores da população local e regional usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares. Os cursos e demais atividades de extensão podem também contribuir tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para o desenvolvimento de interesses pessoais.

O compromisso com os temas sociais permitem que a ação educativa se torne significativa para a comunidade uma vez que contempla práticas sociais vivenciadas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, as atividades e ações de Extensão do UNIFACEX, além das ofertas próprias e internas, visam estabelecer, também, contatos e parcerias para trabalho conjunto com outras instituições e organizações que, de alguma maneira, estejam compromissadas com o trato das questões sociais, da ética e que se refletem no exercício consciente da cidadania. Tais parcerias representam não apenas uma importante contribuição na aquisição de conhecimentos, mas também uma forma efetiva de se estabelecer o vínculo com a realidade sobre a qual se atua.

Tem-se, assim, um meio concreto de interação com o repertório sociocultural, permitindo resgate, no interior do trabalho acadêmico, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Essa perspectiva fundamenta-se na busca de sintonia com os dispositivos legais da LDB, com as necessidades que emergem das problemáticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, com os diversos segmentos da sociedade, instituições não governamentais (ONGs) e órgãos de Governo envolvidos com a melhoria das condições de vida da sociedade.

O Regimento Geral do UNIFACEX estabelece que a atividade de extensão se dará, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas

pertinentes à área de sua atuação. Por outro lado, o PDI do UNIFACEX estabelece que a extensão deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento de habilidades e competências do alunado possibilitando condições para que os alunos aprendam na prática os aspectos teóricos refletidos em sala de aula;
- Participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso;
- Oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades balizadas nos eixos temáticos do Fórum Nacional de Extensão;
- Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas;
- Concretização de ações relativas a sua responsabilidade social.

As atividades e ações de extensão do Curso de Serviço Social do UNIFACEX estão em consonância com as Diretrizes Gerais de Extensão do UNIFACEX e, atualmente, podem ser oferecidas como Programas, Projetos, Cursos, Minicursos, Ciclos de Debates, Oficinas Pedagógicas, Palestras, Eventos, Prestação de Serviços, Publicações, Editorações e Desenvolvimentos dentre outros.

3.2. OBJETIVOS DO CURSO

3.3.1 Geral:

O Curso Superior de Serviço Social do Centro Universitário FACEX, tem como objetivo Formar profissionais para atuarem nas múltiplas expressões da “questão social”, com uma formação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, na perspectiva da afirmação de um projeto profissional comprometido com a liberdade, a plena cidadania, a democracia, os direitos humanos e a qualidade dos serviços prestados à população.

3.3.2 Específicos:

O profissional formado por este curso estará apto a ocupar as funções de prestador de serviços assistenciais, educador, mobilizador pesquisador, gestor, assessor e consultor na esfera dos direitos nos seguintes campos de atuação: Instituições Públicas - Federal, Estadual e Municipal; Organizações privadas; Organizações populares; Entidades e organizações não-governamentais.

3.4. PERFIL PROFISSIONAL: : MODELO DE COMPETÊNCIAS QUE EMBASA A PROPOSTA CURRICULAR

O perfil profissional para o formando deste curso está voltado para a realidade socioeconômica de Natal, sua região e todo o Estado do Rio Grande do Norte, com a formação intelectual e cultural de cunho generalista crítico, com estímulo à atitude investigativa, que possibilite a compreensão das múltiplas expressões da “questão social” sobre as quais atua, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, não-governamentais e movimentos sociais, respondendo de forma criativa e propositiva às demandas “tradicionais e novas”, por intermédio da inserção profissional em diversos espaços sócio ocupacionais e comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93.

- Como decorrência, o perfil dos profissionais do curso de Serviço Social apresenta as seguintes competências e habilidades:

- Ter domínio constante sobre categorias teóricas e habilidades técnico operacionais, que lhe habilitem na elaboração e implementação de propostas de trabalho, com vistas ao enfrentamento das manifestações da questão social e o fortalecimento de valores como a democracia, cidadania, equidade e justiça social;

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais junto a órgãos estatais, privados e não-governamentais;

- Prestar orientação e encaminhar providências, seja no âmbito individual, grupal ou populacional no sentido de atender e defender os seus direitos;

- Exercer a prática de planejamento social, organizá-lo e administrá-lo com vistas à implementação de direitos e serviços sociais;

- Construir, executar e avaliar pesquisas, incluindo estudos socioeconômicos com os usuários, no sentido de contribuir para a análise da realidade social e subsidiar as ações profissionais nas instituições estatais, privadas e não governamentais;

- Prestar assessoria, consultoria e capacitação de instituições públicas, privadas, do terceiro setor e movimentos sociais;

- Planejar, organizar e administrar serviços sociais e unidades de Serviço Social;

- Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Trabalhar em equipe interdisciplinar, contribuindo para o enfrentamento de demandas no âmbito da “questão social”;
- Capacitar técnica e politicamente representantes da sociedade civil para a defesa de políticas públicas, com vistas à formação de uma cultura democrática.

O Curso superior de Serviço Social do UNIFACEX concebeu a oferta da Matriz Curricular do Curso a partir do reconhecimento de 04 eixos temáticos, que norteiam a articulação dos componentes curriculares entre si, garantindo os preceitos da flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica, segundo as disciplinas, cargas horárias e divisões curriculares por semestre letivo (período do Curso), abaixo definidas.

Além da articulação relativa ao conteúdo, estabelecidas pelos eixos temáticos, a concepção da matriz curricular do curso prevê em todos os semestres letivos, a unidade curricular de Práticas e Projetos Integrativos com a proposta de articular os conteúdos curriculares desenvolvidos no semestre com a prática/vivência de uma organização comercial. Ademais, a disposição da unidade curricular em pauta, permite à gestão acadêmica, no âmbito da coordenação do curso, estimular entre docentes e discentes, a interdisciplinaridade entre as unidades curriculares, bem como controlar a efetividade das ações com link e acesso ao mercado.

3.5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR (ESTÁGIO OBRIGATÓRIO)

O estágio se configura como uma experiência de fundamental relevância para a formação profissional, uma vez que propicia a unicidade entre teoria e prática, através do desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a construção do saber-fazer do (a) assistente social, na perspectiva do projeto ético-político da profissão.

No curso de Serviço Social trabalha-se utilizando como referências a Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as diretrizes de estágio; e a Política Nacional de Estágio Supervisionado da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

O estágio supervisionado curricular obrigatório é desenvolvido no 6º e 7º períodos do curso; e de acordo com a Portaria N.º 002 – FACEX, de 11 de janeiro de 2011, em seu artigo 2º, nenhum (a) aluno(a) pode ser matriculado (a) nas disciplinas de estágio obrigatório, quando houver, se não estiver regularmente nivelado (a) nos semestre anteriores.

No que diz respeito à supervisão direta de estágio, constitui-se atribuição privativa do assistente social, conforme o Artigo 5º da Lei N.º 8.662/93, que Regulamenta a Profissão de Assistente Social e o Código de Ética Profissional.

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS define dois tipos de supervisores que estão vinculados: o supervisor acadêmico (Professor da IES) e o supervisor de campo (assistente social da instituição campo de estágio). A supervisão deve ser realizada com base no Plano de Atividades de Estágio.

Na perspectiva do estreitamento das relações interinstitucionais (IES/Instituições campos de estágio) e do aprimoramento intelectual contínuo dos alunos e dos supervisores, apresentam-se os Fóruns de Supervisores, como instâncias que aglutinam docentes, profissionais e estudantes em torno das questões do estágio.

3.7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (ATC) estão na Estrutura Curricular de Serviço Social do UNIFACEX com o objetivo de fomentar a atualização permanente do corpo docente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as Diretrizes Curriculares para Serviço Social.

Na perspectiva do ensino, estas têm a finalidade de complementar as competências desenvolvidas a partir dos ementários das disciplinas previstos na Estrutura curricular. No âmbito da pesquisa, as ATCs servem de base para estimular à iniciação científica. Quanto à extensão, subsidia o desenvolvimento de habilidades técnicas, culturais, sociais e políticas a fim de consolidar o perfil desejado para o curso.

O Curso Superior de Serviço Social do UNIFACEX define a carga horária de 150 horas para atividades complementares, que devem ser integralizadas ao longo do curso. O cumprimento mínimo destas é obrigatório para conclusão do curso.

As atividades complementares, para serem validadas, devem estar em consonância com a formação pretendida e alinhada com as atividades e categorias previstas no Manual de Atividades Complementares do UNIFACEX.

Entretanto, não constitui uma obrigação de Serviço Social do UNIFACEX oferecê-las por meio da Coordenação de Pesquisa e Extensão. Outrossim, diversas atividades são promovidas como estímulo ao cumprimento das ATCs, a saber: seminários, minicursos, colóquios, jornadas, visitas técnicas, simpósios, monitoria de ensino e extensão, publicação de trabalhos, iniciação científica, participação em defesas de teses, dissertações e monografia da área, organização de eventos, estágio não obrigatório, dentre outros. Além das atividades realizadas internamente, o curso estimula a participação dos alunos em congressos locais, regionais, nacionais e internacionais, encontros, atividades em geral da área, oferecidas por outras instituições.

As atividades complementares são institucionalizadas pelo UNIFACEX através de Manual próprio. A partir das diretrizes deste manual, o Curso Superior de Serviço Social, com o auxílio de um sistema de informação acompanha o processo de ATC.

O acompanhamento é realizado da seguinte maneira: o aluno preenche o relatório de atividade complementar e anexa o documento comprobatório da atividade desenvolvida. Estes relatórios e a comprovação da atividade são analisados quanto aos seguintes aspectos: veracidade, coerência técnica e alinhamento de categoria, considerando as determinações expressas no manual de ATC. A análise é realizada pelo coordenador do curso que, ao validar o relatório apresentado, lança a carga horária compatível no sistema. O sistema foi desenvolvido por equipe própria de informática do UNIFACEX e serve a todos os cursos da instituição.

A carga horária vai sendo creditada ao débito total de 150 horas que cada aluno apresenta ao ingressar no UNIFACEX. Para registrar esse trâmite, existe um arquivo físico, composto de pastas individuais que são abertas quando o aluno apresenta a primeira atividade complementar. Ao concluir o curso, as pastas desses alunos são encaminhadas para arquivo morto.

Além disso, o Curso Superior de Serviço Social oferta sistematicamente atividades que visam inserir o aluno num processo de aprendizagem contínua, levando-o a ampliar suas competências e a aproximar-se dos contextos socioeconômicos, técnico e cultural e incentivar o desenvolvimento de atitudes proativas e empreendedoras.

Neste sentido, a coordenação planeja, semestralmente, um calendário de atividades, que é inserido no calendário acadêmico da instituição e publicado para a comunidade acadêmica. Este calendário é divulgado no início de cada semestre em sala de aula e publicado no AVA do curso.

No intuito de estar sempre alinhada às necessidades emergentes, o UNIFACEX mantém a divulgação constante de eventos realizados na área, e, para isso, utiliza-se do cadastro eletrônico de alunos do curso. Quando necessário, a Instituição apoia o deslocamento dos alunos para eventos em outras localidades.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso se baseia na inserção do aluno em Estágio Supervisionado I e II e se desenvolve na disciplina Sistematização do Trabalho Científico e TCC quando há a construção do tema/objeto do seu interesse, sendo concluído na orientação de TCC.

A regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se expressa nas normas internas definidas, elaboradas e aprovadas pelo Colegiado de Curso em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e no Manual de TCC elaborado pela Biblioteca do UNIFACEX.

3.8. APOIO AO DISCENTE

3.8.1 ACOLHIMENTO

No primeiro dia de aula do acadêmico, o aluno tem acesso ao Manual do Aluno disponibilizado via AVA, com todas as informações relevantes e que dizem respeito a sua futura vida acadêmica. Também, no início dos semestres letivos, uma palestra é proferida pelo coordenador de cada curso, o que ajuda na propagação do conteúdo supracitado. Aos ingressantes são oportunizadas reuniões com palestras sobre o perfil de cada curso, a missão e a filosofia institucional, os serviços ofertados, direitos e deveres, normas acadêmicas e os alunos têm acesso a todos os espaços comuns da instituição. Além disso, os discentes do Centro Universitário FACEX são apoiados constantemente via suporte acadêmico e pedagógico dos professores, contratados em regime de tempo integral e parcial. Estes possuem horário de atendimento exclusivo para os alunos que necessitem de esclarecimentos pedagógicos, serviço comum a todos os cursos.

3.8.2. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

As políticas do UNIFACEX para apoio psicopedagógico aos discentes estão estabelecidas no SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE, a disposição na instituição, e tem como intuito auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão incluindo desde a recepção aos novos estudantes até o acompanhamento e apoio às suas necessidades, ligadas direta ou indiretamente à vida acadêmica.

Encaminhamentos ao Setor de Psicopedagogia dos alunos com dificuldades no aprendizado, no relacionamento ou na produtividade acadêmica, são ações previstas e utilizadas no cotidiano acadêmico, seja de modo espontâneo (quando o aluno por sua iniciativa e conta própria procura o referido Setor da IES e realiza atendimento), seja de modo provocado, quando passa a existir um encaminhamento do aluno pela Coordenação do Curso, a partir ou não de pedido de algum docente específico do Curso.

3.8.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O UNIFACEX considera o processo seletivo como o momento prévio de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. A partir do mesmo e em conjunto com as avaliações regulares em sala de aula, que é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem, é planejado o nivelamento dos alunos em áreas/disciplinas/conhecimentos básicos (quando necessário e se justificar).

Neste sentido, a IES, com o auxílio dos setores competentes e colegiado dos cursos, propicia ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula, buscando identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional. A política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

- Acompanhamento e orientação didática, de modo prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas ditas básicas;
- Organização de atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não;
- Oferta de cursos de extensão em língua portuguesa e matemática básica. Estes cursos de nivelamento visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio;
- Desenvolvimento de turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso.

3.8.4. ATENDIMENTO EXTRACLASSE

A todos os alunos é disponibilizado um apoio pedagógico realizado pelos professores, previsto em suas atribuições docentes regulares. Todos os cursos possuem uma Coordenação a quem cabe orientar os alunos com relação as mais diversas questões e problemas que enfrentam no dia a dia do Curso e suas peculiaridades.

Para o atendimento geral dos discentes existem, na Central de Relacionamento da Instituição, setores de atendimento financeiro, setor de atendimento acadêmico ao discente, setor de controle acadêmico, setor de admissão e matrícula, setor de diplomas, secretaria geral etc., tudo devidamente estruturado e organizado para dar todo o suporte aos alunos nas suas mais variadas necessidades e demandas, Central de Relacionamento esta aberta diariamente nos 03 (três) turnos do dia, além do sábado em horário especial.

Importante lembrar que vários dos serviços e atendimentos que são prestados na referida Central de Relacionamento, atualmente já podem ser prestados virtualmente por meio do site do UNIFACEX, através dos vários sistemas específicos de serviços disponíveis virtualmente.

3.8.5. MONITORIA

De acordo com o regimento geral do Centro Universitário Facex, a monitoria, como atividade acadêmica auxiliar, é exercida por aluno regular de curso de graduação do Centro Universitário que já tenha cumprido, de forma exitosa, a disciplina ou atividade programada para o exercício da monitoria. Em caso extraordinário, alunos que demonstrem plena competência da disciplina podem vir a ser monitor, mesmo sem ter cursada-a, desde que aferida pelo professor da disciplina. São contabilizadas academicamente como atividades complementares, segundo normas específicas da instituição.

A função do monitor é voluntária, não constitui cargo ou emprego e nem gera vínculo empregatício de qualquer natureza com a IES. Durante o período de vigência da Monitoria, o aluno terá como incentivo da Instituição a isenção de taxas. O aluno deverá ter disponibilidade de, no mínimo, 6 (seis) horas semanais, distribuídas entre o

acompanhamento do professor regente da disciplina, em sala de aula e atividades técnicodidáticas, ligadas ao ensino da disciplina, conforme plano de trabalho a ser apresentado à Coordenação do Curso

O aluno de Serviço Social pode tanto se candidatar, desde que atenda aos requisitos descritos, como pode participar como usuário dos serviços de monitoria.

3.8.6. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O UNIFACEX incentiva a participação do aluno na vida institucional considerando que é nessa função que reside sua essência e seu principal motivo de existir. A formação do cidadão ético, participativo e proativo se concretiza por meio de suas ações como acadêmico e que depois se somatizam no meio social.

No UNIFACEX, o ponto de vista do aluno é primordial para o aperfeiçoamento das políticas e práticas desta IES, por isso estimula -se à participação da representação discente nos Colegiados de Curso, na CPA e nos Conselhos Superiores. Além dessa participação, os alunos dos cursos também estruturam e gerenciam as representações via diretório central, órgão máximo da representação estudantil. O princípio que rege estas representações é o respeito às normas vigentes, leis, estatutos, regimentos e outros devidamente estatuídos.

O Diretório Central dos Estudantes do UNIFACEX é cognominado DCE André de Albuquerque Maranhão e recebe o apoio da Instituição no que diz respeito à estrutura física e de material para o exercício de suas funções. Vale ressaltar que os apontamentos feitos pelo DCE do UNIFACEX são considerados, apreciados e discutidos pela Reitoria desta IES, sendo pertinentes e viável tais contribuições são encaminhadas para implementação a curto, médio e longo prazo, conforme seja o caso.

3.8.7. CONCESSÃO DE BOLSAS

Concessão de bolsas O desenvolvimento da ação social escolar tem sido reconhecido como um dos fatores críticos de sucesso da Instituição, tendo como objetivo a concessão de auxílios econômicos, bem como a prestação de outros serviços. O Centro Universitário

FACEX tem como política oferecer apoio social direto aos estudantes economicamente mais carentes, cujos agregados familiares não consigam, por si só, fazer face aos encargos inerentes à frequência nos cursos pretendidos. As bolsas, portanto, visam propiciar ao estudante condições básicas para a continuidade do custeio da vida acadêmica, e sempre que possível, compatibilizando a natureza do trabalho com a área de formação do aluno. O critério de concessão da bolsa é a análise da situação socioeconômica e de desempenho escolar do aluno, através do programa específico, somada a outras possibilidades previstas nos chamamentos. A política de bolsas para o aluno desenvolve-se por meio das seguintes modalidades: bolsa trabalho, bolsa PROUNI, bolsa colaborador, bolsa PIE (programa de incentivo educacional).

3.8.8. Estágios não-obrigatórios

Conforme o Art. 1º do Capítulo I, da Lei n.º 11.788/08, entende-se por estágio não obrigatório, o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que poderá ser utilizado como atividade complementar no caso do curso de Serviço Social, podendo ser iniciado a partir do 4º período.

Como mencionado anteriormente, o estágio não obrigatório é supervisionado, e os alunos acompanhados. Para isso, no UNIFACEX, foi instituída uma assessoria de estágio não obrigatório responsável pelo acompanhamento dos alunos. À coordenação do curso cabe emitir parecer técnico que ateste a compatibilidade das atividades descritas num plano de trabalho com as competências pretendidas pelo assistente social.

3.9 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO (Estrutura Curricular)

A proposta curricular do Curso de Serviço Social do UNIFACEX está organizada em sistema semestral, distribuído em 4 anos consecutivos de 08 semestres, totalizando 3.120 horas.

O estágio obrigatório totaliza 450 horas, distribuídas em dois semestres - sexto e sétimo.

Ao longo do curso, os alunos cumprem um mínimo de 150 horas engajados em atividades acadêmicas complementares.

Os programas das disciplinas são definidos buscando deixar claro o vínculo entre os objetivos e conteúdos e as competências definidas no modelo apresentado.

* EIXO I* - INICIAÇÃO AOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS	
1º Período - Disciplinas / Atividades	C/H
Introdução ao Serviço Social	60
Formação sócio-histórica do Brasil e do Nordeste	60
História, sociedade e cultura	60
Teoria Política	60
Leitura e Produção de Texto	60
Carga horária total	300
* EIXO I* - INICIAÇÃO AOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS	
2º Período - Disciplinas / Atividades	
Economia Política	60
Psicologia	60
FHTM – I	60
Serviço Social e Processo de Trabalho	60
Meio ambiente e sociedade	60
Atividade Multidisciplinar em Serviço Social - AMESS I	30
Carga horária total	330
* EIXO II* - FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	
3º Período - Disciplinas / Atividades	
Metodologia da Pesquisa	60
FHTM II	60
Capitalismo e Questão social	60
Direito, Cidadania e Legislação social	60
Política Social	60
AMESS II	30
Carga horária total	330
4º Período - Disciplinas / Atividades	

FHTM III	60
Ética Profissional do Assistente Social	60
Sociologia	60
Política de Seguridade Social – Previdência Social	60
Políticas Setoriais I	60
Carga horária total	300
5º Período - Disciplinas / Atividades	
Introdução ao Estágio	60
Política de Seguridade Social - Saúde	60
Pesquisa em Serviço Social	60
Filosofia	60
Políticas Setoriais II	60
Disciplinas Optativas	60
Carga horária total	330
6º Período - Disciplinas / Atividades	
Política de Seguridade Social – Assistência Social	60
Direitos Humanos e Proteção Social	60
Projetos de Intervenção em Serviço Social	60
Instrumentalidade em Serviço Social	60
Administração Geral e Planejamento	60
Estágio Obrigatório em Serviço Social I	230
Carga horária total	530
7º Período - Disciplinas / Atividades	
Classe social e movimentos sociais	60
Tópicos Especiais	60
Terceiro Setor e Gestão social	60
Educação Popular e Práticas Comunitárias	60
Sociologia Rural	60
Estágio Obrigatório em Serviço Social II	220
Carga horária total	520
8º Período - Disciplinas / Atividades	
Tópicos Especiais II	60
Assessoria e consultoria em Serviço Social	60
Gestão e avaliação de Políticas Públicas	60
Relações Sociais	60
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Carga horária total	300
Resumo Geral da Carga Horária Total do Curso de superior de Serviço Social - UNIFACEX	
Disciplinas	C/H
<i>I - Disciplinas Obrigatórias do Currículo Pleno</i>	<u>2570</u>
<i>II - Atividades Complementares (Total):</i>	<u>150</u>
<i>III- Estágio Obrigatório (Total):</i>	<u>450</u>
TOTAL GERAL (I, II + III):	<u>3120</u>

DISCIPLINAS OPTATIVAS	C/H
Libras (Linguagem Brasileira de Sinais)	30
Comércio Eletrônico e Mídias Sociais	30

Por fim cabe ponderar, que os mecanismos de familiarização com a modalidade de Educação à Distância serão atendidos pela oferta extensionista do curso “Introdução à Educação a Distância”.

Desse modo, a indicação de competências a disciplinas específicas, como apresentado abaixo, tem um caráter aproximativo, visando orientar professores e estudantes quanto ao foco principal de seus programas de ensino.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO										
DISCIPLINA/COMPETÊNCIA	COMPETÊNCIAS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA	x									
FILOSOFIA	x								x	x
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	x									
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO										
METODOLOGIA DA PESQUISA									x	
FHTM I	x								x	
SOCIOLOGIA									X	
FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E NORDESTE	x						x			x
ECONOMIA POLÍTICA	x				x				x	x
ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL (AMESS I)	x		x	x						
TEORIA POLÍTICA	x		x						x	x
POLÍTICA SOCIAL	x		x							
SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE TRABALHO	x								x	
PSICOLOGIA										
MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE	x								x	x
FHTM II										
ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL (AMESS II)	x		x							
CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL										
ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	x									
PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL	x		x							
POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL	x		x						x	x
POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL - SAÚDE		x					x		x	

INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO	x								
DIREITO, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO SOCIAL									
FHTM III	x						x		
POLÍTICAS SETORIAIS I	x	x	x						
ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL (AMESS III)	x		x	x					
ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO	x		x			x	x	x	
EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS	x						x	x	
INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL	x		x		x		x	X	
TÓPICOS ESPECIAIS I	x			x					
PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL		x		x	x				
RELAÇÕES SOCIAIS			x	x				x	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I	x		x	x					
CLASSE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS	x						x	x	
TERCEIRO SETOR E GESTÃO SOCIAL	x						x	x	
POLÍTICAS SETORIAIS II	x	x	x						
DISCIPLINAS OPTATIVAS	x		x	x					
POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL	x		x				x	x	
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL	x		x		x		x	x	
SOCIOLOGIA RURAL	x						x	x	
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	x		x				X		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SS II	x		x				x	x	
TÓPICOS ESPECIAIS II	x						x		
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	x						x	x	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	x								
OPTATIVAS: LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Empreendedorismo	x	x	x		x				

LEGENDA - COMPETÊNCIAS CONFORME PPC

Competência 01	• Ter domínio constante sobre categorias teóricas e habilidades técnico operacionais, que lhe habilitem na elaboração e implementação de propostas de trabalho, com vistas ao enfrentamento das manifestações da questão social e o fortalecimento de valores como a democracia, cidadania, equidade e justiça social;
Competência 02	• Elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais junto a órgãos estatais, privados e não-governamentais;
Competência 03	• Prestar orientação e encaminhar providências, seja no âmbito individual, grupal ou populacional no sentido de atender e defender os seus direitos;

Competência 04	• Exercer prática de planejamento social, organizá-lo e administrá-lo com vistas à implementação de direitos e serviços sociais;	
Competência 05	• Construir, executar e avaliar pesquisas, incluindo estudos socioeconômicos com os usuários, no sentido de contribuir para a análise da realidade social e subsidiar as ações profissionais nas instituições estatais, privadas e não governamentais;	
Competência 06	* Prestar assessoria, consultoria e capacitação de instituições públicas, privadas e do terceiro setor;	
Competência 07	* Planejar, organizar e administrar serviços sociais e unidades de Serviço Social;	
Competência 08	* Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;	
Competência 09	* Trabalhar em equipe interdisciplinar, contribuindo para o enfrentamento de demandas no âmbito da “questão social”;	
Competência 10	* Capacitar técnica e politicamente representantes da sociedade civil para a defesa de políticas públicas, com vistas à firmação de uma cultura democrática.	
Competência 11	* Capacidade de assumir uma postura crítica sobre o papel dos sujeitos coletivos e movimentos sociais na solidificação dos direitos sociais e humanos inerentes a sociedade brasileira.	

3.10 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do PDI, bem como, verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação.

Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhadas por toda a comunidade acadêmica. Nesta perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de auto superação pelos atores-sujeitos e de auto regulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia.

Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia constantemente sofre avaliações e análises da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando seu aprimoramento e melhoria continuados dentro de um processo de atualização focado basicamente nas mudanças pedagógicas e curriculares que o curso precisa implementar, no tempo e no espaço, no seu cotidiano acadêmico e fazer pedagógico.

Nas reuniões ordinárias do NDE, tais verificações são feitas sempre com a participação opinativa do Conselho de Curso (CONSEC), ou por grupo específico de docentes de disciplinas e/ou atividades acadêmicas diretamente ligadas ou com interesses pedagógicos nas discussões e soluções em análise, visando à ampliação dos debates e do alcance das soluções. Para tanto, este processo permanente de avaliação interna do Curso leva sempre em consideração:

- a) o desempenho global do Curso, compreendendo todas as modalidades de ensino e extensão por ele desenvolvidas (em suas mais variadas atividades, ações, projetos e programas);
- b) o atendimento dos Padrões de Qualidade fixados para a área do Curso;
- c) Relatórios de usabilidade, atividades e interações do ambiente virtual de aprendizagem;
- d) os resultados do ENADE;
- e) os resultados das Avaliações Institucionais da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES sobre todo o Corpo Docente do Curso com Disciplinas, sobre Curso em si, sua

Coordenação, e sobre a própria IES, Sede e Polos, avaliações institucionais estas realizadas são final dos módulos das disciplinas. Participam o Corpo Docente, Corpo Discente e a Coordenação do Curso.

f) Resultados de avaliação externa.

Todos esses elementos servem de base para uma reflexão somativa na ótica de aprendizagem colaborativa, compreendendo se o perfil do egresso vem sendo alcançado a partir dos desenhos de formação apresentados. E concomitantemente a isso se todo o contexto dos serviços institucionais atendem a contento ao nosso graduando, tendo como eixo norteador a sua melhor aprendizagem.

Essa perspectiva de leitura permanente da qualidade da formação perpassa pela adoção do comportamento de reflexão – amadurecimento – ajustes – ações de aperfeiçoamento. Os insumos devem levar a Coordenação e seu NDE a ponderar sobre as variáveis que tem interveniência na execução do perfil do egresso.

Ainda, estabelece o Núcleo de Educação a Distância - NEAD que todos os cursos devem realizar a intervalos mínimos de três anos uma análise obrigatória para atualização dos componentes curriculares que tenham sofrido inovações ou mudanças no período, bem como proceder à revisão dos conteúdos produzidos para os materiais didáticos institucionais, como os e-books de cada disciplina e os respectivos objetos de aprendizagem, formando um ciclo PDCA contínuo de melhoria.

3.11. ATIVIDADES DE TUTORIA

O tutor a distância, no Centro Universitário Facex, deve mediar o processo pedagógico junto a estudantes por meio de esclarecimento de dúvidas, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, seleção de material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto com os docentes.

Essa rotina ocorre necessariamente de forma planejada. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de

suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas, bem como suporte ao uso das tecnologias disponíveis. Pode participar de momentos avaliativos obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam.

3.12. CONHECIMENTO, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS AS ATIVIDADES DE TUTORIA

A contratação do corpo de tutores é realizada em conformidade com a necessidade da instituição. A seleção respeita as seguintes características: Análise curricular; Dinâmica de grupo; Entrevista; e Outros.

O processo é coordenado pela Gerência de Recursos Humanos e subsidiariamente pelo NEAD, em conformidade com o plano de carreira do pessoal técnico-administrativo. Para ser admitido, é desejável que haja exigências de qualificação, tais como: Ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e com domínio das ferramentas da tecnologia da informação; Ser empático e democrático em relação aos colegas; Demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; Estar predisposto à formação contínua; e Ter sinergia com os valores institucionais.

O funcionário tutor é admitido pelo UNIFACEX, no nível inicial do respectivo cargo, após habilitação no processo de seleção supracitado. A admissão dar-se-á, inicialmente, por um período de 45 dias, prorrogáveis ou não, conforme o caso, por mais 45 dias, ouvido o superior imediato.

O ingresso do funcionário na carreira, em caráter definitivo, é validado após um período de experiência de que trata o parágrafo anterior, mediante indicação para que a mantenedora faça sua contratação definitiva em concordância com a consolidação das leis do trabalho-CLT.

Os tutores selecionados para trabalhar no NEAD, quando não detiveram experiência ou formação anterior na modalidade, passam por um programa de qualificação em serviço que contempla os seguintes componentes:

Curso	Carga Horária	Oferta
Atendimento ao discente na EaD	10h	Permanente
Introdução a Educação a Distância	30h	Permanente
Técnicas de Tutoria na EaD	20h	Permanente
Ferramentas e tecnologias utilizadas na Ead	10h	Permanente

3.13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

No aspecto estritamente pedagógico e acadêmico, tem-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), importante ferramenta/instrumento de apoio didático pedagógico ao docente, é um valiosíssimo mecanismo virtual de suporte as suas necessidades de ensino, tendo em vista que por meio de qualquer computador com acesso a internet em qualquer parte do mundo, o professor poderá executar inúmeras tarefas e ações não presenciais, em ambiente virtual. Todo conteúdo informativo e documental de caráter acadêmico e administrativo institucional no UNIFACEX, quando disponível, sempre será postado na internet através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponível 24hs por dia, diretamente em link próprio no site do UNIFACEX (<http://www.unifacex.com.br>) ou diretamente no endereço eletrônico: <http://ava.unifacex.com.br/grad/>

Neste ambiente (que é o meio-veículo oficial de comunicação virtual da IES) todos os Alunos, Professores, Coordenadores e demais órgãos e dirigentes da instituição de ensino podem manter contato permanente uns com os outros para os mais diversos propósitos, postar materiais, realizar uma série de tarefas (como avaliações *on-line*) e se utilizar de várias ferramentas.

Os professores, por exemplo, enviam seus materiais pedagógicos e comunicados diretamente junto aos alunos (podendo tais comunicados além de ficar no AVA podem ser encaminhados via e-mail) e a Coordenação do Curso, por exemplo, enviar comunicados importantes para uma turma específica, ou para todos os alunos do Curso, além de postar materiais. O uso do AVA é obrigatório e cabe aos alunos, professores e Coordenações de Curso o constante e produtivo acesso contínuo a tal ferramenta.

Ainda no aspecto do suporte didático-pedagógico aos docentes, tem-se outro importante órgão da IES que é o Núcleo de Educação Permanente (NEP), responsável pela

oferta continuada de atividades e ações voltadas basicamente para o desenvolvimento profissional do corpo docente do UNIFACEX, ministrando oficinas, palestras, mini-cursos, grupos de debate e seminários de discussão sobre os mais variados temas do mundo acadêmico, todos ligados à atividade docente.

Temas como processos de avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, métodos e técnicas pedagógicas, ferramentas de ensino etc. são continuamente trabalhados junto aos docentes, seja de forma automática ou provocada, mas sempre no âmbito da atualização profissional.

3.14. SALA VIRTUAL

O ambiente virtual de aprendizagem, no que tange às disciplinas na modalidade à distância, utilizado, é o da SAGAH, soluções educacionais integradas, que engloba conteúdo, tecnologia e serviços para entregar uma experiência de aprendizagem completa para Instituições de Ensino Superior e seus alunos. A mesma apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, tais como: aprendizagem ativa, sala de aula invertida e aprendizagem adaptativa.

A plataforma é de fácil acesso e compreensão. Possui atividades diversificadas e a comunicação por ela é muito simples, facilitando a interação entre docente, tutor e alunos, motivando assim o discente a estar participando das atividades de forma contínua e assim facilitar o aprendizado. Cabe salientar, que ao término dessas disciplinas, os alunos fazem uma avaliação, com o objetivo de que a coordenação junto ao corpo do Núcleo Docente Estruturante, possa estar melhorando cada vez mais a sua execução.

3.15. MATERIAL DIDÁTICO

Há na nossa matriz curricular, duas disciplinas na modalidade à distância: fundamentos de gestão e sistemas de informações. Nessas disciplinas, o aluno deverá cumprir atividades obrigatórias, dentro do cronograma de cada uma delas, além de atividades como leitura do material didático, visualização dos materiais audiovisuais,

realização de atividades em sistema de multimídia, realizar as atividades de auto-avaliação e de avaliações de aprendizagem obrigatórias presenciais e a distância, dentre outras.

O material didático, disponibilizado aos docentes, é da SAGAH,. Sua plataforma atende perfeitamente aos conteúdos curriculares das referidas disciplinas e perfil do egresso. De linguagem acessível e com diversas interações com o aluno, como vídeos, exercícios, fóruns, textos, infográficos, acervos múltiplos, dentre outros, facilita a aprendizagem dos discentes. Todo material didático é validado pela equipe multidisciplinar da instituição e pelo corpo docente e tutores das disciplinas.

Nestas disciplinas a metodologia de ensino aprendizagem se valerá da relação tecnologia educacional x interesse do estudante x proatividade da tutoria e do docente. Todos estes agentes atuam como corresponsáveis para o atingimento do perfil do egresso.

Ao sentir-se ator de seu processo de formação, o aluno eleva seu entusiasmo e o professor, impulsionando-os a sair da condição de aluno “ouvinte” e de professor “repassador de aula”. Essa é a condição para que ambos se voltem para um novo paradigma, que se coloca como a maior qualidade do aluno no âmbito do EaD.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com a visão eminentemente processual e o desenvolvimento curricular como o campo de intervenção e ação do professor com o aluno. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdos, com sua estruturação e sequenciação e o planejamento e a avaliação das atividades, considerando a interdisciplinaridade, flexibilização curricular e autonomia.

3.16. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação visa à aferição do desempenho do aluno de forma continuada, permitindo a avaliação do processo e do resultado esperado, conforme definido no projeto pedagógico do curso. A frequência às aulas e demais atividades curriculares, permitida apenas aos alunos devidamente matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, excetos nos casos previstos em lei. A avaliação de aprendizagem terá objetivo formativo no qual se identificará as carências que não foram bem trabalhadas nas unidades letivas e que servirão de reflexão para aprimoramento metodológico da unidade seguinte.

Para efeito de aprovação em disciplina, é requerido do aluno, além do cumprimento das exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento Geral, que haja frequência mínima em 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades curriculares previstas na carga horária da disciplina, considerando-se reprovado, automaticamente, aquele que não satisfaça tal condição.

O aproveitamento é avaliado a partir do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas avaliações que consistem de um conjunto de verificações de aprendizagem nas atividades acadêmicas realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina. A verificação da aprendizagem consiste de qualquer instrumento ou processo utilizado, para aferir conhecimento ou habilidade do aluno, na forma de teste, prova, trabalho teórico ou prático, projeto, ou de quaisquer outras técnicas pertinentes à programação da disciplina, aplicados individualmente ou em grupo, em consonância com o Projeto Pedagógico de cada curso.

O semestre letivo está dividido em duas unidades e eventual exame final, durante o período letivo, e expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, ou por conjunto de disciplinas, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento, e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo, através dos Planos de Ensino.

A avaliação da aprendizagem em observância ao Projeto Pedagógico do Curso, engloba os conteúdos ministrados, as atividades acadêmicas, as habilidades desenvolvidas e as competências requeridas do aluno. O professor, a seu critério e com a anuência da respectiva coordenação, pode promover trabalhos, exercícios, e outras atividades curriculares em classe, no total de trinta por cento da nota final de cada unidade.

Os setenta por cento da nota final de cada unidade deve constar de uma atividade avaliativa, denominada de Prova da Unidade, obrigatoriamente com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer

outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Independentemente de outros critérios, deve o professor atribuir nota 0,0 (zero) ao aluno que deixar de realizar avaliações ou quaisquer atividades curriculares que lhes sejam pertinentes na data prevista.

O docente, a qualquer momento, ouvida a coordenação de curso, pode anular qualquer avaliação, trabalhos, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, se houver suspeitas de vícios, uso de meios ilícitos ou necessidades extraordinárias.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades acadêmicas, o aluno é aprovado:

- I. independente de exame final, quando obtiver média semestral igual ou superior a sete, correspondente à média aritmética das avaliações parciais realizadas durante o período letivo;
- II. mediante exame final, quando obtiver média semestral inferior a sete e superior ou igual a dois, e alcançar média final não inferior a seis, esta resultante da média semestral alcançada no semestre letivo e a auferida no exame final.

As médias são expressas em números inteiros com aproximação até a primeira casa decimal, sem arredondamento. É considerado reprovado o aluno que:

- I. não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina;
- II. não obtiver na disciplina, resultado final igual ou superior a seis, após exame final.

Possibilita-se ao aluno uma segunda chamada da Prova da Unidade (I e/ou II), objetivando a substituição de resultado nulo em razão de falta na data da avaliação, mediante apresentação de requerimento com justificativa comprovada de sua ausência e pagamento de taxa. A prova da segunda chamada da I e II unidades será contemplada dentro do Exame Final.

O Exame Final, previsto no Calendário Acadêmico, versará sobre os conteúdos da I e II unidades e será aplicado através de uma prova com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta, sendo vedada a aplicação da segunda chamada do Exame Final.

Para os alunos que requereram a segunda chamada da I e/ou II unidades, a nota do Exame Final será convertida na proporção de 70% (setenta por cento) em substituição à Prova da Unidade que foi requerida.

3.17. NÚMERO DE VAGAS

A coordenação do Curso de Serviço Social, junto ao núcleo docente estruturante, se utilizou das avaliações de desempenho institucional, junto ao corpo docente e discente através da CPA, com o objetivo de analisar o número de vagas e melhor atender ao perfil do egresso e a demanda pelo curso.

Os resultados desses estudos foram dialogados com a Pró Reitoria Acadêmica e alinhados junto a secretaria geral no que tange à tomada do processo de decisão na oferta anual. O curso possui 150 vagas anuais e a análise da avaliação institucional, bem como da própria demanda, demonstraram que 150 vagas anuais é coerente e traria melhores resultados para o curso.

4. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1. ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO

NÚCLEO

DOCENTE

O Curso superior de Serviço Social do UNIFACEX tem seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por 05 (cinco) professores apresentados no quadro a seguir e, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua Presidência, com o propósito de promover avaliações periódicas, num processo contínuo de realinhamento da proposta pedagógica, dentre outras finalidades e atribuições também importantes tanto acadêmicas, quanto administrativas.

O Curso de superior de Serviço Social está incluído no Programa de Avaliação Institucional, nos termos do Decreto Federal nº 5.773/2006. Sua implantação é acompanhada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e executada pelo Núcleo Docente Estruturante com a participação do Conselho, Coordenadoria, alunos, professores e

funcionários. Os resultados dessa avaliação são essenciais para pensar em estratégias que traga melhorias ao curso, como também na perspectiva de uma melhor aprendizagem por parte dos discentes.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do mesmo avalia e acompanha o processo do desenvolvimento do perfil do egresso conforme as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso superior de Serviço Social, diretrizes curriculares nacionais do curso e novas demandas de mercado, discutindo e reavaliando o que for necessário para a implementação e o aperfeiçoamento da proposta pedagógica.

Vide abaixo o Quadro de Docentes componentes do NDE do Curso superior de Serviço Social.

<u>Docentes do NDE do Curso de Serviço Social do UNIFACEX:</u>	<u>Titulação*</u>			<u>Regime de Trabalho**</u>
	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro	X			TP
Marina Clarissa Barros de Melo		X		TP
Joseane Maria Araújo de Medeiros		X		TI
Djosete Santos da Costa		X		TI
Lúcia Maria de Almeida	X			TP

*Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.

** TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.

4.2.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O UNIFACEX possui equipe multidisciplinar que é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. É responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância, através do NEAD.

Dentro do escopo do EaD, o NEAD supervisiona e controla o trabalho de docentes e de tutores com apoio da CPA a partir de relatórios de acompanhamento sobre a qualidade

dos conteúdos e atividades de aprendizagem desenvolvidos, indicadores de aprovação/reprovação de alunos; vínculo entre as atividades de aprendizagem e os objetivos e conteúdo de cada disciplina, e dos atendimentos dos tutores observando tempo de resposta, qualidade científica das respostas aos discentes, qualidade da produção textual dos tutores, e da efetividade na aprendizagem. Docentes e tutores que ficam no patamar inferior das avaliações passam por processos de capacitação para a melhoria do desempenho.

Para que essas atividades sejam realizadas de maneira ótima, a estrutura do NEaD é composta pela coordenação geral e por três áreas que atuam em harmonia e sincronia: O setor de produção de conteúdo, O setor de desenvolvimento LMS (Sistema de Gestão da Aprendizagem) e o setor de tutoria.

A coordenação é responsável pelo acompanhamento e sincronização dos trabalhos dos três setores, assim como a ponte que liga o NEaD as coordenações de curso e Pró-reitoria acadêmica na instituição. Compete a coordenação todas as decisões relacionadas a estratégia e planejamento da Educação a Distância na instituição.

O setor de produção de conteúdo é responsável pela confecção e revisão das disciplinas que são ofertadas na modalidade de ensino a distância e utilizadas no AVA. Além disso, o setor, através de seu produtor multimídia, é responsável pela operacionalização da gravação e da edição das vídeo-aulas.

O setor de desenvolvimento LMS é responsável pela programação, manutenção e implementação de tecnologias e funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, o setor é responsável pela implementação do conteúdo das disciplinas EaD no AVA e otimização das ferramentas de ensino online. O setor ainda fornece suporte técnico e auxílio para os discentes no que tange ao uso das funcionalidades.

O setor de tutoria é responsável pela articulação dos tutores e professores mediadores com os conteúdos a serem abordados e também com os discentes. Como parte das funções do departamento está a capacitação, acompanhamento e avaliação dos tutores, tanto virtualmente como presencialmente.

**4.3.
COORDENADOR**

ATUAÇÃO DO

A coordenadora do Curso de Serviço Social é a professora Doutora Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro que tem como formação o curso superior de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999. É Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, concluído em 2007, Doutor em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pela Universidade do Porto, em 2014, e Pós Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2018.

A atuação do coordenador do curso está pautada no regimento geral da Instituição. Sua função e atribuições estão elencadas abaixo:

Art. 39. A função de Coordenador de Curso é de gestão e visa à obtenção dos resultados definidos em forma de metas específicas para a sua área, do ponto de vista das estratégias institucionais, do projeto pedagógico do curso e dos programas em que o mesmo esteja inserido.

Art. 40. O Coordenador de Curso de Graduação, no exercício das funções gestoras inerentes ao cargo, além do compromisso com o empreendedorismo, com a visão de futuro e com os valores e princípios adotados pelo Centro Universitário, deve, especificamente, demonstrar competência como gestor político estratégico, acadêmico, administrativo e institucional.

Art.41.São atribuições gerais do Coordenador de Curso:

I. exercer a supervisão e zelar pela qualidade das atividades de ensino, iniciação científica e extensão do Curso e representá-lo;

II. cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Curso, dos órgãos superiores e exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas na legislação pertinente, neste Estatuto e no Regimento Geral do Centro Universitário;

III. integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso;

IV. propor alterações ao Conselho de Curso e supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas aprovadas pelo mesmo;

V. decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades;

VI. exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso;

VII. tomar decisões ad referendum do Conselho de Curso, em casos de relevância e urgência comprovadas;

VIII. designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos;

IX. acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico administrativo;

X. elaborar e coordenar os projetos de monitoria;

XI. emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos;

XII. apresentar, à Pró-Reitoria da área acadêmica, relatório anual das atividades do curso respectivo;

XIII. sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso;

XIV. desenvolver ações de apoio ao processo avaliativo institucional;

XV. submeter projetos de iniciação científica;

XVI. submeter projetos de extensão desenvolvidos e aprovados pelo Conselho de Curso à Pró-Reitoria indicada no Regimento Geral;

XVII. opinar sobre a distribuição de disciplinas para os professores junto à Pró Reitoria pertinente;

XVIII. planejar as substituições docentes, durante eventuais ausências dos professores, submetendo-as à Pró-Reitoria competente;

XIX. proceder a seleção dos professores necessários ao curso e propor a sua contratação pelos órgãos competentes;

XX. sugerir aos órgãos competentes a dispensa do pessoal docente;

XXI. criar ações de melhoria baseado no processo de avaliação institucional e avaliações externas;

XXII. integrar, como representante eleito por seus pares, o Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX; e

XXIII. exercer todas as funções próprias ou correlatas, ou ainda outras que lhes sejam delegadas pelo Reitoria.

Cada gestor de curso do UNIFACEX, no início do ano precisa elaborar um plano de gestão com suas atividades acadêmicas e metas a serem cumpridas e ao término do ano, apresentar a Pró-Reitoria acadêmica os resultados que foram atingidos ou não e suas respectivas justificativas. O plano de gestão impresso, fica disponível para consulta à comunidade acadêmica.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso

4.3.1. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COORDENAÇÃO DO CURSO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS ACADÊMICOS DA IES

O Conselho Universitário – CONSUNI, que é o órgão superior de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, é integrado: Pelo Reitor, seu Presidente; Pelos Pró-Reitores; Por um representante do corpo docente, escolhido por seus pares, em lista tríplice; Por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei; Por um representante do corpo técnico-administrativo, escolhido pelo Reitor, em lista tríplice; Por um representante da Mantenedora, indicado por esta; Por dois representantes da comunidade, indicado pela Mantenedora dentre as entidades por ela credenciadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, órgão central de supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, possui atribuições deliberativas, normativas e consultivas e é composto: Pelo Reitor, seu Presidente; Pelos Pró-Reitores; Por quatro representantes dos coordenadores de curso, escolhidos por seus pares; Por quatro representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares; Pelo Conselho de Pesquisa e Extensão; Por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso.

**4.4.
COORDENADOR DO CURSO****REGIME DE TRABALHO DO**

O Coordenador do Curso de Serviço Social, exerce suas funções administrativas e acadêmicas como Coordenador do Curso Superior de Serviço Social do UNIFACEX em Regime de Trabalho de Tempo Parcial (TP), com 20 (vinte) horas semanais, incluindo docência em disciplinas do mesmo Curso e todas as atividades e ações acadêmicas e administrativas correlatas ao exercício pleno da Coordenação do Curso. Cada gestor de curso do UNIFACEX, no início do ano precisa elaborar um plano de gestão com suas atividades acadêmicas e metas a serem cumpridas e ao término do ano, apresentar a Pró-Reitoria acadêmica os resultados que foram atingidos ou não e suas respectivas justificativas. O plano de gestão, fica disponível no ambiente de aprendizagem para consulta à comunidade acadêmica.

Todos os semestres, o coordenador é avaliado pelos alunos e corpo docente através da avaliação da CPA e seus resultados são apresentados à comunidade acadêmica e fica disponível nos ambientes virtuais para posterior consulta.

**4.5.
(TITULAÇÃO)****CORPO****DOCENTE**

Os conteúdos dos componentes curriculares do curso são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do curso, catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia, pelo conteúdo do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e as especificações do município.

O corpo docente, durante a semana pedagógica, apresenta o plano de ensino da disciplina, especificamente os conteúdos dos componentes curriculares e a literatura utilizada, com o objetivo de proporcionar aos discentes, leitura de livros e periódicos, estimulando na escolha de literatura atualizada e publicações atuais, como também para não haver duplicidade de conteúdos e que haja uma maior interdisciplinariedade com as demais matérias pagas no módulo, visto que em todos os semestre há trabalhos práticos integrativos.

Dentro desse contexto, cabe ao docente, construir sua disciplina dentro do ementário proposto pelo NDE, vinculando ao perfil do egresso e aos objetivos da disciplina,

e sempre que for possível atualizar as referências bibliográficas e remetê-los para aprovação. Por ser um curso tecnológico, cabe ao docente estimular aos discentes na feitura de trabalhos práticos e que os mesmos consigam fazer uma maior associação com a teoria.

4.6. CORPO DOCENTE DO CURSO

REGIME DE TRABALHO DO

O regime de trabalho da equipe docente do Curso de Serviço Social atende perfeitamente as demandas do curso, atendimento discentes, participação no colegiado, planejamento didático, preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

4.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Percebe-se que em quase sua totalidade, a experiência profissional dos docentes do Curso Superior de Serviço Social é elevada. Os professores do curso possuem larga experiência na área de atuação, o que é relevante, principalmente para cursos superiores de Serviço Social, que na sua essência, são cursos práticos, o que de certa forma auxilia na aprendizagem do discente, na relação teoria com a prática.

Pelo próprio perfil de formação do egresso, em todos os semestres, tem-se disciplinas práticas, na qual se trabalha de forma interdisciplinar, envolvendo todas as disciplinas do período, a execução de um trabalho prático, a ser desenvolvido dentro de uma organização.

4.8 . EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Conforme tabela abaixo, os docentes do Curso de Serviço Social, possuem tempo de experiência no ensino superior de forma satisfatória. Segundo o Art. 159 do regimento do Centro Universitário Facex – UNIFACEX, são atribuições do docente:

- participar da elaboração da proposta pedagógica do curso com o qual mantenha vinculação no Centro Universitário;
- elaborar e cumprir plano de ensino e cronograma da disciplina, segundo objetivos e perfil profissional definidos no projeto pedagógico do curso, e submetê-lo à apreciação da Coordenação do Curso;
- orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e carga horária, assim como, fazendo-se presente, obrigatoriamente, em todas as atividades acadêmicas;
- manter atualizado o diário de classe, registrando a programação desenvolvida e a frequência dos alunos;
- disponibilizar o Plano de Ensino, bem como todo o material de apoio pedagógico no Ambiente Virtual de Aprendizado – AVA;
- digitar notas e frequência dos alunos no sistema eletrônico, conforme datas previstas no calendário acadêmico;
- admitir o acesso e permanência em sala de aula unicamente aos alunos regularmente matriculados na disciplina;
- organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- ministrar os dias letivos e horas/aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- adotar uma postura ética nos relacionamentos com os dirigentes da Instituição, colegas professores, funcionários e alunos;
- zelar pelo cumprimento de todas as normas e diretrizes da Instituição, especificamente as determinações da Coordenação do Curso;
- Cumprir fielmente o regime disciplinar do Centro Universitário;
- Comparecer a reuniões e solenidades programadas, pela coordenação do curso ou órgãos da Administração Superior do Centro Universitário e seus Conselhos Superiores;
- Responder pela ordem na turma onde estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- não defender ideias, ideologias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ou que contrariem este Regimento e as leis do País;
- comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenação do curso ou por alguma autoridade da Administração Superior do Centro Universitário;
- elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- participar da composição de bancas examinadoras;
- participar das ações de educação continuadas propostas pela instituição; exercer as demais atribuições que lhes forem delegadas, bem como as previstas em lei

4.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Todos os docentes do Curso de Serviço Social que atuam com as disciplinas na modalidade à distância, possuem experiência na execução de turmas, elaboram atividades coerentes com a disciplina e mantêm linguagem acessível para maior compreensão pelos discentes, tornando a disciplina mais atrativa e com uma melhor assimilação.

4.10. EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Todos os tutores do Curso de Serviço Social, possuem experiência na execução da tutoria e possuem formação na área de atuação. Desenvolvem seu trabalho de forma interativa e com bom relacionamento com os discentes conforme avaliação de desempenho realizada. A plataforma utilizada, auxilia muito o trabalho do tutor, visto que é muito simples o seu manuseio.

Importante frisar, que a instituição, através do Núcleo de Educação Permanente (NEP) e Núcleo de Educação à Distância (NEAD), capacita e treina os docentes que lecionam na modalidade à distância e tutores dentro da filosofia do Centro Universitário Facex – UNIFACEX.

4. 11. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso superior de Serviço Social do UNIFACEX tem um Conselho de Curso (CONSEC), oficialmente composto e materialmente atuante, também composto por 05 (cinco) professores e um discente apresentados no quadro a seguir:

<u>Membros do CONSEC do Curso de Serviço Social</u>	<u>Titulação*</u>			<u>Regime de Trabalho**</u>
	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro	X			TP
Marina Clarissa Barros de Melo		X		TP
Joseane Maria Araújo de Medeiros		X		TI
Lúcia Maria de Almeida	X			TP
Djosete Santos da Costa		X		TI
Representante Discente	A selecionar			

***Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.**

**** TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.**

O CONSEC reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que assim justifique a necessidade da administração acadêmica do curso. Evidencia-se que Compete ao Conselho de Curso - CONSEC:

- deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, proposto pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante;
- deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e de extensão relativos ao curso ou dentro de sua área específica;
- pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- aprovar o plano e o calendário anual das atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador; e
- exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Geral da IES.

Cabe ressaltar que todas as suas decisões em plenária, são registradas em ATAS, que ficam arquivadas na coordenação. No plano de gestão da coordenação do curso, há indicadores de desempenho para uma avaliação posterior, com objetivo de melhorias de práticas da gestão.

4.12. TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

O Curso Superior de Serviço Social consta com dois tutores. A professora Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro e a Professora Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral. Ambas com mestrado em Serviço Social.

4.13. EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

O Curso Superior de Serviço Social consta com apenas 08 disciplinas na modalidade à distância. Importante frisar que os tutores recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador do NEAD (Núcleo de Educação à Distância).

Ainda no aspecto do suporte didático-pedagógico aos docentes, tem-se outro importante órgão da IES que é o Núcleo de Educação Permanente (NEP), responsável pela oferta continuada de atividades e ações voltadas basicamente para o desenvolvimento profissional do corpo docente do UNIFACEX, ministrando oficinas, palestras, mini-cursos, grupos de debate e seminários de discussão sobre os mais variados temas do mundo acadêmico, todos ligados à atividade docente e inclusive na modalidade à distância.

Temas como processos de avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, métodos e técnicas pedagógicas, ferramentas de ensino, etc. são continuamente trabalhados junto aos docentes, seja de forma automática ou provocada, mas sempre no âmbito da atualização profissional.

A tutora do Curso Superior de Serviço Social, tem experiência de mais de 3 anos nessa modalidade, possui formação em administração e é responsável por todos os tutores da instituição. O tutor possui experiência de 1 ano em educação à distância e é mestre em administração.

Ambos, desenvolvem um trabalho de forma motivadora, técnica e utiliza estratégias dinâmicas, com uso de diversas modalidades de aprendizagem na modalidade que uma melhor absorção do conteúdo pelos discentes, como fóruns, wiki, chat, disponibilização de textos, dentre outros recursos.

4.14. INTERAÇÃO, ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO À DISTÂNCIA.

O sistema tutorial a distância ocorre através do ambiente virtual de aprendizagem (Sala Virtual) e recursos de comunicação disponibilizados, fazendo o registro dos atendimentos e gerando relatórios para alimentar a compreensão sobre o processo de aprendizagem virtual. No semestre anterior a oferta da disciplina nesta modalidade, a coordenação do curso, junto ao docente e tutor, fazem um planejamento para execução da disciplina no próximo semestre.

O tutor a distância media o processo pedagógico junto ao docente e estudantes por meio de esclarecimento de dúvidas, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, seleção de material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto com os docentes.

Essa rotina ocorre necessariamente de forma planejada. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas, bem como suporte ao uso das tecnologias disponíveis.

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, chat etc. Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados fóruns, e-mails, Wiki etc.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Essa condução ocorre em todos os níveis de relação na tríade Docente, Tutor e Aluno. Além de que todos terão toda uma estrutura de apoio técnico para implementar suas atividades administrativas e pedagógicas.

Ao término de cada disciplina, é disponibilizado aos discentes a feitura de uma avaliação de desempenho da disciplina nesta modalidade e logo após a coordenação do curso, convoca docente e o tutor para apresentar resultados e que de posse desses o processo de ensino-aprendizagem seja continuamente melhorado. Após a finalização dessa etapa, é levado os resultados para o NDE do curso, com o objetivo de fazer alguns ajustes, caso necessário.

4.15. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Nosso quadro docente possui um perfil de que pelo menos 36% têm mais de 09 produções nos últimos 03 anos.

5. INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário FACEX - UNIFACEX está situado em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte numa área total de 22.000 m² em terreno próprio. Sua área construída é de aproximadamente 19.000 m² e está disposta em várias edificações, conforme descrição dos itens que seguem.

As instalações físicas foram projetadas de forma global visando aproveitar bem o terreno, de forma a atender plenamente a todas as exigências legais e educacionais.

A área física do UNIFACEX é formada por prédios dos dois lados da Rua Orlando Silva, praticamente tomando todo o quarteirão. Do lado esquerdo, fica a piscina semiolímpica, a Central de Relacionamento, Prédio II e o Ginásio de esporte. Do lado direito situa-se o Prédio I e o Prédio III, na Rua Dr. José Xavier da Cunha, 1978, encontra-se o moderno Prédio IV, assim como a Unidade V, localizada da Unidade Deodoro.

5.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Sala de trabalho para docentes em tempo integral, consta de mesas e cadeiras, armários para guarda de material e equipamentos com segurança, computadores com

acesso a internet, wi fi, telefone, ambiente refrigerado, sistemas específicos internos da instituição, dentre outros. Possui uma grande mesa redonda com objetivo de atender melhor discentes e orientandos. Cabe salientar que a entrada dessa sala é exclusiva para integrais, apenas sendo permitido a entrada de alunos após autorização do docente pela secretária.

O objetivo da sala de professores integrais ser restrita é para que os mesmos tenham condições de viabilizar ações acadêmicas como planejamento didático pedagógico.

5.2. PARA O COORDENADOR

ESPAÇO DE TRABALHO

As Salas da Coordenação do Curso superior de Serviço Social do UNIFACEX situa-se na Av. Deodoro da Fonseca, 540 – Cidade Alta, Natal-RN, acessível facilmente por escadas e elevador, e instalada em amplo espaço próprio e fixo capaz de manter todo o registro e arquivamento dos documentos próprios e internos do Curso, realizar reuniões internas e estabelecer o atendimento privativo de alunos, professores e público externo de forma confortável e adequada. A sala contém armários, telefone e computador conectado a internet e impressora com recursos de excelente qualidade. O Curso funciona também na rua Orlando Silva, 2896, Capim Macio. Natal-RN

Com o objetivo de dispor de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilite formas distintas de trabalho, a instituição disponibiliza uma sala de reuniões, com mesa redonda, data-show, computador e armário, caso o quantitativo de discentes/docentes for em um número maior.

5.3. PROFESSORES

SALA COLETIVA DOS

A IES disponibiliza 01 (uma) sala para os professores que totaliza mais de 20 m² no Campus Deodoro e 02 (duas) salas para os professores que somadas totalizam mais de 65 m² no Campus Capim Macio. Nelas há mesas e cadeiras, armários para guarda de material e equipamentos, espaço para computadores, acesso a internet, wi fi, ambiente refrigerado, espaço para lanches dentre outros. Além disso, a instituição possui máquina e cadeira de massagem para os pés e corpo dos docentes, propiciando momentos de relaxamento e proporcionando uma melhor qualidade de vida aos docentes . Cabe ressaltar que estas salas contam com apoio técnico administrativo. Com isso, atendemos de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

5.4.

SALAS DE AULAS

As salas de aula destinadas aos diversos cursos são amplas, considerando-se o número de alunos matriculados nas turmas correspondentes, o que a torna flexível para uso de metodologias mais ativas ou diferenciadas, como dinâmicas de grupo, debates em círculos ou em formato em “U”. Todas se encontram bem conservadas e permanentemente limpas. O mobiliário existente, em cada uma delas, é adequado e suficiente para as atividades nelas desenvolvidas, além de não oferecerem interferências significativas resultantes de ruídos externos ou poeira.

Quanto aos recursos didáticos, as salas dispõem de computador, quadro em vidro para pincel, como também *datashow*, caixa de som e disponibilidade de Wi fi.

As salas possuem carteiras individuais projetadas de forma a proporcionar conforto ao aluno. A Instituição disponibiliza carteiras em configurações especiais, entendendo que há alunos destros e canhotos, como também, cadeiras de tamanhos maiores, caso o aluno

necessite. Mesmo conservadas, as salas, são periodicamente pintadas para manter sempre uma ótima aparência. Tanto as salas como todo o mobiliário são limpos diariamente (de forma rotineira ou tantas vezes quantas forem necessárias), proporcionando aos alunos e professores um ambiente agradável e confortável.

5.5. DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS

ACESSO A EQUIPAMENTOS

UNIFACEX oferta a seus alunos vários laboratórios de informática (todos com computadores completos e todos os softwares necessários ao trabalho acadêmico diário), distribuídos pelas várias unidades de ensino. Somado a isso ainda existem computadores nas Bibliotecas da Instituição para uso de livre acesso. O Centro Universitário Facex – UNIFACEX, possui dois Campus: Capim Macio e Deodoro, podendo o discente transitar pelo uso do laboratório nos dois campus.

Convém destacar que os laboratórios são modernos e atualizados e contam com equipe própria de manutenção. Todos os laboratórios possuem equipamento multimídia facilitando a exposição dos conteúdos. A instituição disponibiliza acesso à Internet com link dedicado da Embratel de alta capacidade, proporcionando acesso eficiente e rápido na *web*, e como redundância da disponibilização do serviço, tem-se 02 (dois) com provedores de internet.

Todos os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços já referidos, estão conectados às redes de comunicação científica. A instituição disponibiliza 07 dias por semana 24 horas por dia sua estrutura de portais de comunicação bem como portal de apoio ao ensino presencial (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) para a comunidade acadêmica pela sala virtual, quando da modalidade à distância.

A infraestrutura ainda conta com mais 09 laboratórios de informática destinados as aulas práticas, somando 244 computadores ligados à Internet. Neste ambiente temos mais um monitor de laboratórios que está presente, das 13h30min às 22h30min, para apoiar o uso.

No Campus Deodoro, onde está localizado, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, em sua estrutura física, está disponibilizado um laboratório de informática com 43 computadores ligados à Internet para acesso comum dos alunos destinados a estudos ou pesquisa, aberto das 7h00min as 22h00min. Caso o discente ou docente tenha alguma dificuldade, em sala vizinha ao laboratório, há a presença de um monitor de laboratórios para apoiar o uso, bem como um ambiente de Internet sem fio localizado em todas as áreas comuns de todas as unidades e na biblioteca, esta que também conta com ambiente de estudo e pesquisa com computadores ligados à Internet e sala de estudos para grupos. A infraestrutura ainda conta com mais 01 laboratório de informática destinado as aulas práticas com 48 computadores, somando assim, 91 computadores ligados à Internet..

Cabe ressaltar, a instituição possui licença pelo uso do Pacote Office da Microsoft, tendo um setor de Tecnologia da Informação, que periodicamente fazem diagnóstico para atualização de software e solicitação de compra de novos Hardware, caso venham a ficar obsoletos. O curso ainda utiliza o simulador comercial da Bernard, instalados em todas as máquinas e o software plano de negócios 3.0 do Sebrae de Minas Gerais.

5.6. COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E

A seguir são apresentados os Nomes Completos, Cargas Horárias (CH) Totais, Ementas e as Bibliografias (Básicas e Complementares) por unidade curricular. Para melhor explicitar o ordenamento dos conteúdos e suas finalidades pedagógicas, as disciplinas são apresentadas na sequência do semestre letivo em que serão oferecidas (Período do Curso).

Cabe ressaltar, que a bibliografia é sempre atualizada e referendada pelo Núcleo Docente Estruturante e para melhor atender aos discentes, no que tange a obras com edições mais atuais, e maior comodidade, é estimulado junto a equipe docente a utilização de acervo virtual. Em sua maioria, dos livros listados abaixo, tem-se uma boa participação de obras nessa modalidade.

5.7.**BIBLIOTECA DO UNIFACEX**

A Biblioteca é órgão suplementar da instituição, vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica desta IES é Coordenada e Supervisionada sob forma sistêmica como biblioteca híbrida (Universitária e escolar), com atribuições diretas aos cursos de nível superior com perfil e formação voltados para a pesquisa, ensino e extensão. Sua política de funcionamento rege-se por regulamento próprio e Normas Internas.

A Biblioteca tem como objetivo: Recuperar, organizar, disseminar e socializar a informação bibliográfica, multimeios e virtual, bem como promover a cultura entre docentes, discentes e funcionários da IES de forma dinâmica e eficaz, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

É fundamental que as solicitações de livros, periódicos, DVDs e outras sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o Ensino, quanto para a Pesquisa e a Extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo, coloca-se também como essencial. Possui salas de estudo em grupo e Individualizado, com ambiente tranquilo e adequado.

5.7.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA

Dispomos de duas bibliotecas, uma localizada na Unidade I do UNIFACEX, denominada Biblioteca Central Senador Jessé Pinto Freire- BSJPF, sendo de fácil acesso para os seus usuários: alunos, professores e funcionários, como também a comunidade em geral.

A estrutura da biblioteca Unidade I -BSJPF, está distribuído em sede própria com três pavimentos, providos de acesso aos deficientes, sendo um térreo, pavimento 1, pavimento 2 e um mezanino. Dispõe também de banheiro masculino e feminino. Sua área física é de 1.163,21m², distribuída da seguinte forma: Térreo = 505,13m²; Pavimento 1 = 412,30m²; Pavimento 2 = 245,78m² e 156,32m² de área para serviços técnico-administrativos. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, Coleção Especial, Leitura individual (sala

com 80 assentos), 07 salas para estudo em grupo, 17 cabines individuais semiabertas, 17 terminais de acesso à Internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo mais de 300 assentos para uso diário. Dispõe de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

A biblioteca da Unidade Deodoro consta com 376,04 metros, sendo seu espaço todo climatizado com ambientação moderna e confortável. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, Leitura individual (sala com 04 assentos), 04 salas para estudo em grupo, 11 cabines individuais com computador e acesso à internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo quase de 70 assentos para uso diário, seja individual, ou em mesas. Dispõe de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

5.7.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A biblioteca funciona em horário ininterrupto de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h e no sábado das 8h às 12h.

5.7.3. SERVIÇOS OFERTADOS PELA BIBLIOTECA

A Biblioteca disponibiliza alguns serviços pertinentes à sua comunidade interna e externa:

- a) Atendimento ao público: Este serviço está ligado diretamente ao usuário, atuando junto em tirar dúvidas e auxiliar na utilização dos serviços e localização física dos materiais.
- b) Empréstimos: Disponibiliza a circulação e empréstimo dos materiais do acervo da biblioteca para seus clientes internos, bem como reserva e renovação (in loco ou online), devolução e as modalidades de empréstimo especial e empréstimo entre bibliotecas.
- c) Serviços Online: Via Internet, o usuário pode reservar e renovar materiais, como também consultar sua situação na biblioteca.

- d) Comutação Bibliográfica: Viabiliza a possibilidade de obter cópias de artigos publicados em periódicos, teses e anais de congresso pertencentes a outras instituições.

5.7.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A política de aquisição, atualização e expansão do acervo bibliográfico adotada pelo UNIFACEX é baseada nas necessidades dos cursos de Graduação, Pós-graduação e extensão, mantidos pela Instituição, seguindo as indicações dos corpos docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

Para seu desenvolvimento, a Biblioteca do UNIFACEX conta com plano de expansão para o período de vigência do PDI, abrangendo os recursos de informática, serviços, recursos humanos, recursos materiais e recursos físicos.

5.7.5. ACERVO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca caracteriza-se como multidisciplinar, uma vez que existe a necessidade de fornecer com precisão, relevância e atualidade, as informações bibliográficas necessárias aos alunos do colégio, graduação e pós-graduação do UNIFACEX e à comunidade em geral.

Possui um acervo de qualidade, composto por edições atuais e em excelente estado de conservação. O crescimento da coleção é constante, sendo ampliado de acordo com o Cronograma de Desenvolvimento Organizacional da IES e através das solicitações emitidas pelos Coordenadores de curso, que seguem as bibliografias do corpo docente e das solicitações dos discentes. Após realizar a seleção do material pelos professores e Coordenadores, a listagem com as solicitações é enviada para a Biblioteca, que, por sua vez, faz o levantamento quantitativo do material já existente e encaminha para a Direção Financeira que executa os procedimentos de compra.

O acervo é uma ferramenta indispensável para subsidiar a formação do corpo discente e docente da IES, tanto no aspecto educacional quanto no cultural.

O acervo é composto por mais de 31.708 títulos e 90.237 volumes/exemplares de todas as áreas do conhecimento humano, distribuídos em livros, folhetos, periódicos, multimeios (multimídia) e produção acadêmica, conforme especificados a seguir.

TIPO DE MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	26.206	63.273
Folhetos	917	1.222
Periódicos	1.276	21.084
Multimeios (Multimídia)	1.061	2.120
Produção Acadêmica	2.248	2.538
TOTAL	31.708	90.237

O material bibliográfico pode ser consultado pela base do Sistema *Pergamum* (PUC-PR) via Internet, através da homepage da UNIFACEX (www.unifacex.com.br) ou na base local da própria Biblioteca. Todo o acervo está automatizado e o catálogo online disponibilizado para consulta é de fácil utilização e oferece diferenciadas formas de busca da informação.

No que tange à entrada e saída de materiais no âmbito da biblioteca, todos aqueles que são adquiridos e devolvidos circulam com bastante agilidade. Esse fluxo ocorre de maneira satisfatória porque o acesso ao material é priorizado pela Seção de Processamento Técnico que disponibiliza o documento ao usuário, e pela seção de circulação, que é responsável pela reposição do documento na estante, tanto novos como os devolvidos do empréstimo.

A Biblioteca é organizada com a Classificação Decimal Universal (CDU), o que facilita a localização física dos materiais, haja vista que esse sistema de classificação possibilita a organização dos materiais por assunto.

Dinamizando o suporte à pesquisa acadêmica e, acompanhando as mudanças de paradigmas para o setor de bibliotecas, o UNIFACEX conta com o uso de novas ferramentas desenvolvidas no campo da disseminação da informação, uma vez que a biblioteca deixa de ser local de conservação e preservação das informações em suportes impressos. A Biblioteca do UNIFACEX faz uso de bases de dados, disponibilizando pontos de acesso direto à informação, estando disponível não só aos usuários da rede da Instituição, como também a qualquer pessoa da comunidade universitária.

A Instituição conta atualmente com o uso de livre acesso via internet de bases de dados específicas e distintas, sendo prioridade a consulta em:

BASES DE DADOS	FORMA DE ACESSO
SCIELO	Internet
CAPES –PERIÓDICOS (LIVRE ACESSO)	Internet
PROSSIGA	Internet
CCN- CNPq	Internet
TESES. EPS. UFSC	Internet
TESES/USP	Internet
TOTAL	06

5.8. DE FORMAÇÃO BÁSICA

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

O UNIFACEX dispõe de 09 (nove) laboratórios de informática que atendem aos cursos oferecidos pela Instituição satisfatoriamente, sendo um exclusivo de uso comum dos alunos. Além destes existem laboratórios especializados. A tabela a seguir demonstra os existentes no UNIFACEX e os do Campus Deodoro utilizados, de forma mais pontual, pelo curso superior de tecnologia em Gestão Comercial:

Laboratórios de Informática	Nº de Computadores
Campus Capim Macio (CM)	
Life 01	43
Life 02	48
Life 03	30
Life 05	50
Life 06	36
Life 07	52

Campus Deodoro	
Life 01	43
Life 02	48

Todos os laboratórios especializados apresentam normas explícitas de uso o que possibilita um funcionamento em plena capacidade, considerando a quantidade de equipamentos e insumos disponibilizados. Atendemos de maneira excelente em uma análise sistêmica e global quanto aos aspectos: quantidade, acessibilidade, segurança e disponibilização de insumos.

Em suas estruturas existem profissionais que dão suporte às atividades práticas. Outrossim, são de responsabilidade do setor de Serviços Gerais a manutenção e conservação das instalações, bem como coordenar, orientar, supervisionar, executar e controlar as atividades auxiliares que dão suporte operacional ao UNIFACEX e zelar pela conservação dos bens patrimoniais. Assim, atendemos de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

O Setor de Serviços Gerais conta com equipes internas específicas para diferentes tipos de manutenção e com contratos de prestação de serviços nos casos especializados, como por exemplo, equipamentos de laboratórios e ar condicionado.

5.9. PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CONDIÇÕES DE ACESSO

Todas as condições de acesso para portadores de necessidades especiais estão observadas em todas as unidades da instituição. Existem elevador, instalações sanitárias especiais, rampas e corrimões no prédio. O UNIFACEX cumpre o Decreto nº 5.269/04, “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Para melhor atender o referido aluno, no térreo do Campus Deodoro situa-se a secretaria, a quadra, o setor de pagamento de mensalidades, cantina, espaço de convivência, auditório, reprografia, salas de aula, bebedouros etc. Em todos os ambientes, há rampas e corrimões. No andar de cima, temos os laboratórios, outros banheiros, bebedouros, sala da coordenação e demais salas. Os pisos superiores também contam com corrimão e rampas.

No Campus de Capim Macio, oito de suas salas de aula, salas de coordenadores, todos os cinco Laboratórios de Informática e Biblioteca situam-se no térreo dos prédios I, II e III, contando com rampas de acesso, o que facilita a locomoção de portadores de necessidades especiais. Ainda no térreo situa-se a recepção e secretaria, a quadra poliesportiva, o setor de pagamento de mensalidades, cantinas, espaço de convivência, auditório, reprografia, bebedouros etc. Os pisos superiores contam com corrimão.

Desta forma, propicia aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Ressalte-se que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é integralmente respeitada, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e será atendida pela IES, quando demandada por alunos com essa necessidade.

5.10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS DO CURSO

A seguir são apresentados os Nomes Completos, Cargas Horárias (CH) Totais, Ementas e as Bibliografias (Básicas e Complementares) de todas as Disciplinas. Para melhor explicitar o ordenamento dos conteúdos e suas finalidades pedagógicas, as disciplinas são apresentadas na sequência do semestre letivo em que serão oferecidas (Períodos do Curso).

1º PERÍODO**Introdução ao Serviço Social (60 hs)**

Ementa: O significado histórico-social do Serviço Social e as particularidades do exercício profissional no Brasil e no Rio Grande do Norte na contemporaneidade. Questão social e direitos no horizonte da ética profissional, os desafios ao projeto ético-político da profissão.

Bibliografia Básica:

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf

YAZBEK, Maria C. O significado socio-histórico da profissão. Disponível em: http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf.

Bibliografia Complementar:

CFESS. Brasil. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: Direitos Social e Competências Profissionais. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/55064428/1-IAMAMOTO-O-Servico-Social-Na-Cena-Contemporanea>.

LIMA, Telma S. MIOTO, Regina C. T. **Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378/1634>

Formação Sócio Histórica do Brasil e do Nordeste (60 hs)

Ementa: Estudo sobre o processo de formação sócio-histórica do Brasil, vinculado ao movimento de expansão capitalista, levando em consideração as perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas repercussões na região nordeste do Brasil.

Bibliografia Básica:

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

BRUN, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **“Herança de diferenciação e futuro de fragmentação”** in Dossiê Nordeste. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, vol. 11, nº 29, jan./abril, 1997.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

História, Sociedade e Cultura (60 hs)

Ementa: A historicidade da constituição do saber antropológico: campo e objeto da antropologia. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das

identidades sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena.

Bibliografia Básica:

- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. RJ: Jorge Zahar, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia uma introdução.** São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Cristina. **O desenvolvimento da antropologia social.** In: Sociologia introdução à ciência da sociedade. 2 ed- são Paulo: Moderna, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 17-35.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo.** SP: Brasiliense, 2006.

Teoria Política (60 hs)

Ementa: Os clássicos da teoria política, suas contribuições para a análise contemporânea do Estado Brasileiro: Questões da democracia, cidadania, relações entre o público e o privado.

Bibliografia Básica:

HOBBS, T. **Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** São Paulo: Nova Cultura, 1987.

Bibliografia Complementar:

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

BRESSER_PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática.** In: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, no. 34, 1995: 85-104.

DAGNINO, Evelina.(Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002

Leitura e Produção de Texto (60 hs)

Ementa: Conceitos, elementos e tipos de comunicação e expressão. Texto e fatores de textualidade. Gêneros e tipologias textuais. Paragrafação e tópico frasal. Leitura, compreensão e interpretação de textos. Produção de texto. Variedade linguística. Ortografia.

Bibliografia Básica:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto:** leitura e redação. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Ática, 2006.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNPO, Lúbia Scilar. **Português Instrumental.** 24. ed. Porto Alegre: Sagra, 2003.

Bibliografia Complementar:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação.** 16. ed. São Paulo: Ática, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência Textual.** São Paulo: Contexto, 2000.

2º PERÍODO

Economia Política (60 hs)

Ementa: O Problema da Escassez, Economia como Ciência Social, Definição e Objeto da Economia, Sistema Econômico, A Tríade das questões Fundamentais, Aspectos Microeconômicos e Macroeconômicos, Noções de Economia Internacional, A Distribuição de Renda, Pobreza e Seguridade Social, Abordagens Contemporâneas (Globalização e Crises de Mercados).

Bibliografia Básica:

NETTO, Jose Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política**, uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2012 (Biblioteca básica de serviço social v. 1)

BOBBIO, Noberto, **Estado Governo Sociedade, para uma teoria Geral da Política.** 8 ed. Paz e Terra. São Paulo 2006.

Bibliografia Complementar:

Hunt, E. K.; SHERMAN, H. J. **Historia do Pensamento Econômico.** 19. Ed. PETROPOLIS: Vozes, 1999.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas, Org. **Introdução à Economia.** São Paulo: Alínea, 2009.

Psicologia (60hs)

Ementa: As principais matrizes teóricas de análise das relações indivíduo x sociedade: Principais tendências teóricas da Psicologia; a Psicologia enquanto ciência e seu objeto de estudo. A constituição da subjetividade na formação do ser social. Comportamento social e interpessoal. Processos grupais. Pressupostos psicossociais da exclusão. Equipe multidisciplinar: conceitos e níveis de prática interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia.** São Paulo: Saraiva, 1999.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a Psicologia.** São Paulo: Makron Books, 2001.

Bibliografia Complementar:

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo Livraria Pioneira Editora. 2000.

CAMILO, L. (org.). **Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção social**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. - Brasília: CFP, 2013.

FHTM I (60hs)

Ementa: O surgimento e institucionalização do Serviço Social na Europa, América Latina, Brasil e Rio Grande do Norte: estudo da cultura teórico-conservadora no Serviço Social e as influências dos fundamentos teórico-metodológicos norte-americanos e europeus, bem como a emersão do processo de renovação no contexto do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil: as vertentes, mudancista e conservadora.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Manrique Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 9. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, Raul. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de um interpretação histórico metodológica**. 23 ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: Uma influência neotomista**. In: Serviço Social em revista. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_compreensao.htm>. Acesso em 08 de fevereiro de 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade e sua reprodução"**. 2 ed.-SP: Cortez, 2009. Natal, 04 de agosto de 2013.

Serviço Social e Processo de Trabalho (60hs)

Ementa: O serviço social na divisão do trabalho. A inserção do assistente social em diversos processos de trabalho. O Serviço Social e o setor de serviços.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, MARILDA V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4°. Cortez ed. SP. 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. Divisão do trabalho e serviço social. In: **Renovação e conservadorismo no Serviço Social - Ensaios críticos**. 3ª ed. Cortez ed. São Paulo. 1995 (pg 87 a 102).

Bibliografia Complementar:

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção**. In: Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, Ana E. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997

Meio ambiente e sociedade (60hs)

Ementa: A Educação Ambiental deve ser um processo permanente na vida do indivíduo, estabelecendo uma sensibilização durante o seu desenvolvimento e discutindo os aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente, considerando seus aspectos físicos, químicos e biológicos, incorporando as relações socioeconômicas, culturais, políticas e ecológicas em busca do equilíbrio ambiental. O modelo técnico e científico de desenvolvimento na modernidade. Tecnologias e seus impactos socioambientais. A cidadania e seu papel nos Direitos Humanos. A crise ecológica e social e as críticas ao modelo de desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável: as diferentes correntes políticas e abordagens técnico-científicas. Meio ambiente, educação Ambiental e Diversidade.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002;

Bibliografia Complementar:

GÓMES, J. A. Domínguez. **Serviço Social e o meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 135 p.
CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 2003.
COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia**: teoria e prática da ação socioeducativa. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. 202 p.

Atividade Multidisciplinar em Serviço Social - AMESS I (30hs)

Ementa: Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

Bibliografia Básica:

As referências básicas serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

Bibliografias Complementares:

As referências complementares serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

3º PERÍODO

Metodologia da Pesquisa (60hs)

Ementa: O conhecimento: origem e formas, a Ciência: classificação e funções. A organização da vida de estudos no ensino superior. O método científico: conceituação, tipos e características. A tipologia dos trabalhos científicos: de graduação, de conclusão de curso, monografias, artigos, dissertações e teses. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT: estrutura e normalização dos trabalhos acadêmicos. A pesquisa científica: conceitos, tipologia, planejamento e metodologia. A ética na pesquisa: Plágio e as Resoluções 466/2012 e 510/2016. Projeto de pesquisa: elaboração, execução, análise e tratamento dos dados/resultados e relatórios técnicos científicos.

Bibliografia Básica:

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2012

SAMPIERE, Roberto Hernandez. **Metodologia da pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. 2.reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTRELA, Carlos (org). **Metodologia Científica: ciência, ensino e pesquisa**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. 2.reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

FHTM II (60hs)

Ementa: As determinações e influências do Movimento de Reconceituação Latino Americano e seus desdobramentos no Brasil no contexto da autocracia burguesa, o desgaste desta e as perspectivas modernizadora, “reatualização do conservadorismo” e de “intenção de ruptura”.

Bibliografias Básicas:

NETTO, José Paulo. **A Renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa**. In: Ditadura e Serviço Social no Brasil: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. **Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. In: Teorização do Serviço Social. 2 ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1986.

Bibliografias complementares:

IAMAMOTO, MARILDA V. e CARVALHO, Raul. **O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais**. In: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

AGUAR, A. G. **Filosofia e Serviço Social: das origens à Araxá**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FALEIROS, V. de P. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXVI, nº 84, Nov, 2005.

Capitalismo e Questão social (60hs)

Ementa: Análise do processo de produção e reprodução da riqueza social sob o capital, observando-se o surgimento da propriedade, do trabalho assalariado e a acumulação ampliada do capital, bem como a gênese, reprodução e refuncionalização da questão social, engendrando novas formas de exclusão social.

Bibliografia Básica:

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATANI, Afrânio Mandes. **O que é capitalismo?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

Bibliografias Complementares:

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: 1997.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

YAZBEK. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2010.

Direito, Cidadania e Legislação social

Ementa: Direito. Legislação Básica. Os direitos individuais e coletivos. Ramos do Direito. Relações entre indivíduos e entre estes e o Estado no plano social. Mecanismos e instrumentos da Legislação Social.

Bibliografia Básica:

MANZINE, Crove M. L. **O que é cidadania**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. 13ª Ed. São Paulo, Atlas, 2013.

Bibliografias Complementares:

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 28 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

OLIVEIRA, Wilson Donizeti Liberati. **Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena?** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Política Social

Ementa: A política social nos marcos da sociedade capitalista. Sistema brasileiro de proteção social. Constituição e gestão dos fundos públicos. Formas de regulação social, suas expressões no âmbito público e privado. Transformações no mundo do trabalho e as novas formas de regulação e reforma do Estado.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 8. ed - São Paulo: Cortez, 2011, (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 10. ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografias Complementares:

GARCIA, Joana. **Política social e serviço social:** contextos distintos, desafios semelhantes. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 86, 2006.

PEREIRA, Amazoneida Potyara P. Estado, sociedade e esfera pública. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS. ABEPSS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. LUZA, Ednaura. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma:** lógica perversa para as políticas sociais. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez. 2011.

Atividade Multidisciplinar em Serviço Social - AMESS II (30h)

Ementa: Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

Bibliografia Básica:

As referências serão disponibilizadas aos alunos de acordo com os temas e expressões da questão social escolhidos para estudar.

Bibliografias Complementares:

As referências serão disponibilizadas aos alunos de acordo com os temas e expressões da questão social escolhidos para estudar.

FHTM III (60hs)

Ementa: Estudar o Serviço Social na contemporaneidade: movimento de intenção de ruptura a partir dos anos 1980 face às transformações societárias apontadas para o século XXI e as repercussões sobre as dimensões: teórica, metodológica, ética e política do projeto profissional hegemônico do Serviço Social a partir da revisão crítica do marxismo na pós-modernidade.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 240p.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço Social e o Popular:** resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed.-São Paulo: Cortez, 2002.

Ética Profissional do Assistente Social (60hs)

Ementa: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na Ética Profissional. A natureza da Ética Profissional: a dimensão filosófica, o ethos da profissão e os Códigos de Ética na trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro. O Projeto Ético-político Profissional e as questões éticas políticas da atualidade.

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Maria Lúcia S. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

(Biblioteca básica de serviço social; v. 4)

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Emerson Barros de. **Ética:** instrumento de paz e justiça. João Pessoa: Tessitura, 2002.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Sociedade.** (Org.) Comissão de Ética e Direitos Humanos. CFESS, 2001, V. 1, 2, e 3.

BRASIL, CFESS. **Código de Ética do Assistente Social e Lei de Regulamentação da profissão nº 8662/93.** 3 ed. Brasília, 1997.

Sociologia (60hs)

Ementa: Formação histórica da Sociologia. As matrizes do pensamento sociológico. Objeto de estudo e método da Sociologia: principais aportes da obra de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Bibliografia Básica:

COSTA, M. Cristina C. **Sociologia** - Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. **Bibliografia Complementar:**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Política de Seguridade Social – Previdência Social (60h)

Ementa: Estudo dos sistemas de proteção social. Sistema previdenciário brasileiro. Legislação da previdência social. Serviço Social na previdência.

Bibliografia Básica:

BRAGA, Léa. CABRAL, Maria do Socorro Reis, (Organizadoras). **Serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 560 p.

Bibliografia Complementar:

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3 ed. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

PONCHEK, Dione do R. WITIUK, Ilda L. (Orgs.) **Legislação social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

Políticas Setoriais I (60hs)

Ementa: Políticas Sociais Setoriais e Legislação Social. Estudo das Políticas Sociais por segmentos - Infância e Juventude, Mulheres.

Bibliografia Básica:

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 317 p.

SILVA, Maria Liduína de O.E. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: continuidade e discontinuidades**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 26, n.83, 2005 (Especial Criança e Adolescente).

Bibliografia Complementar:

BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinias. **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 264 p.

Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 24, n.75, 2003. (Especial Velhice e Envelhecimento).

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasília.1988.

5º PERÍODO

Introdução ao Estágio (60hs)

Ementa: Compreensão do Estágio Curricular, enquanto componente significativo da formação profissional e da aproximação com a realidade, mediante o desenvolvimento da prática de observação nas instituições, lugar de operacionalização do fazer profissional do (a) Assistente Social.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes Curriculares**. ABEPSS, 2009.

Bibliografia Complementar:

CFESS. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de estágio no Serviço Social**.

CRESS 14ª Região. **Coletânea de Leis** - Serviço Social. 4ed. Natal/RN, 2003.

IAMAMOTO, Marilda v. Formação Profissional. In: _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 5ed, - São Paulo: Cortez, p.159-171, 2000.

Política de Seguridade Social - Saúde (60h)

Ementa: Abordagem sobre a política de seguridade social brasileira, particularizando as transformações ocorridas a partir de 1988, bem como, especificando as principais mudanças institucionais nas políticas de saúde, decorrentes do modelo de seguridade social vigente.

Bibliografia Básica:

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social**. Fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

BRAVO, Maria Inês de S. [et al.], (Organizadoras) **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

Bibliografia Complementar:

MOTA, Ana E. (et. al.), (Organizadores). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília < OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na Política de Saúde**, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). -- Brasília, CFP/CFESS, 2010.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3 ed. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

Pesquisa em Serviço Social (60hs)

Ementa: Processo de construção do conhecimento, ênfase na pesquisa social, suas concepções, tipologias e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. et.al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

Bibliografia Complementar:

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRANDÃO, C. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Filosofia (60hs)

Ementa: Trabalhar os fundamentos da Filosofia e principais correntes filosóficas que influenciam o Serviço Social: Neotomismo, Neopositivismo, Funcionalismo, Fenomenologia e Marxismo.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Filosofia e Serviço Social**: das origens à Araxá. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003

Bibliografia Complementar:

NETTO, J. Paulo. **O que é Marxismo**. Col. Primeiros passos nº. 148, São Paulo: Brasiliense, 1985

BORON, Atílio A. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções**: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

Políticas Setoriais II (60hs)

Ementa: Estudo das Políticas Sociais Setoriais. Trajetória histórica, rede de serviços. Trabalho do assistente social no âmbito das políticas setoriais. Idoso, Pessoa com deficiência, Educação.

Bibliografia Básica:

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 317 p.

RIBAS, João. **Preconceito contra a pessoa com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. Política Social. **Fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.52 p.

Disciplinas Optativas (60hs) – Empreendedorismo

Ementa: Conceito de empreendedorismo. Inovação e criatividade. Fatores de sucesso. O perfil do empreendedor. Desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Estrutura de um plano de negócios. Intra-empreendedorismo. Empreendedorismo Social.

Bibliografia Básica:

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.

Bibliografia Complementar:

BELCH, George E. **Propaganda e promoção: uma perspectiva da comunicação integrada de marketing**. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

ARENS, William F. **Propaganda**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

ROGÉRIO, Glauber; GONÇALVES, Barbieri. **Sistemas de Informação**. Porto Alegre: SAGAH, 2017

6º PERÍODO

Política de Seguridade Social – Assistência Social (60hs)

Ementa: Organização do sistema de proteção social no Estado capitalista. Trajetória da Assistência no Brasil. A Política de Assistência Social. Atualização no contexto dos anos 90 reforma do Estado e rebatimentos na Política de Assistência Social brasileira. Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

Bibliografia Básica:

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) – 14ª Região, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Natal, 2006, p. 37-48. (Coletânea de Leis Serviço Social).

PONCHEK, Dione do R; WITIK, Ilda L. (Orgs.) Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009. 7 ed.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

Direitos Humanos e Proteção Social

Ementa: Direito. Legislação Básica. Os direitos individuais e coletivos. Ramos do Direito. Relações entre indivíduos e entre estes e o Estado no plano social. Mecanismos e instrumentos da Legislação Social.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Constituição Federal e demais normas jurídicas pertinentes à matéria**. Disponível em: www.planalto.gov.br

DOWER, Néelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. 12.ed. São Paulo: NELPA, 2004.

Bibliografia Complementar:

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Édis. **Manual de direito público e privado**. 14.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, Ruy Rebello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e privado**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Projetos de Intervenção em Serviço Social (60hs)

Ementa: O planejamento como instrumento para intervenção do (a) assistente social nas suas diversas áreas de atuação. O processo de conhecimento da realidade e a elaboração, e execução e avaliação de projetos de intervenção em Serviço Social.

Bibliografias Básicas:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004 (Coleção Anencar).

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000. (Série livro-texto).

Bibliografias Complementares:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 6 ed.-Campina, SP: Autores Associados, 2003, (Coleção educação contemporânea).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martin. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

Instrumentalidade em Serviço Social (60hs)

Ementa: A instrumentalidade do assistente social em diferentes processos de trabalho.

Bibliografia Básica:

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

Bibliografias Complementares:

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2010.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda J. R.; JORGE, Maria R. T. (Orgs.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário:** Construindo saberes, conquistando direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

LIMA, Telma Cristiane S. de. **Ações sócio-educativas e o projeto ético-político do serviço social:** tendências da produção bibliográfica. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Administração Geral e Planejamento (60hs)

Ementa: Introdução às teorias da Administração. Aplicação de princípios e técnicas da administração em programas sociais. O processo de gestão nas esferas Pública, Privada e no Terceiro Setor. Inserção do (a) assistente social nos processos de administração e gestão.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. - São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão social na virada do século: entre a política pública e a estratégia do mercado**. 2. ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografias Complementares:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo. Boitempo. 2010.

REVISTA Serviço Social e Sociedade. Gestão pública. São Paulo: Cortez, Ano XXV, nº: 78, jul./, 2004.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (org.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

Estágio Obrigatório em Serviço Social I (230hs)

Ementa: Conhecimento da realidade institucional: contexto sócio-histórico, estrutura e funcionamento, políticas / programas, recursos, relações de poder. Formas de acesso e qualidade dos serviços prestados. Conhecimento dos usuários: condições de vida. Estratégias de sobrevivência e formas de organização. Observação do exercício profissional do assistente social. Construção do cenário organizacional e do projeto de intervenção.

Bibliografia Básica:

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.52 p.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 560 p.

Bibliografias Complementares:

BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinias. **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 264 p.

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 317 p.

REVISTA Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez. (Artigos de diversas edições).

7º PERÍODO

Classe social e movimentos sociais (60hs)

Ementa: Classes sociais e sujeitos coletivos. Sociedade brasileira: estrutura de classe e condições de vida e trabalho das classes subalternas, bem como suas manifestações ideológicas, políticas e culturais. Direitos sociais e humanos. Movimentos sociais, subjetividade e identidade. O significado e importância do Terceiro Setor.

Bibliografia Básica:

COHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Editora Loyola. 4ª edição, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **O terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografias Complementares:

As referências serão disponibilizadas aos alunos de acordo com os temas e expressões da questão social escolhidos para estudar.

Tópicos Especiais (60hs)

EMENTA: Aprofundamento de temas relacionados às políticas sociais e ao fazer profissional do assistente social na contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

As referências serão disponibilizadas aos alunos de acordo com os temas e expressões da questão social escolhidos para estudar.

Bibliografias Complementares:

As referências serão disponibilizadas aos alunos de acordo com os temas e expressões da questão social escolhidos para estudar.

Terceiro Setor e Gestão social (60hs)

Ementa: Estudar A relação público/privado na história do Estado brasileiro. Contextualização econômico-política do nascimento do “terceiro setor” na sociedade contemporânea e, particularmente, na sociedade brasileira. A política neoliberal e o terceiro setor. A seguridade social e o terceiro setor; o terceiro setor e a produção de práticas de Serviço Social no processo de reforma gerencial do Estado brasileiro. As consequências da ampliação do “terceiro setor” sobre a prática profissional do serviço social.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus Editorial, 2006. 151 p. ISBN 8532302513

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 288 p. ISBN 9788524908200

Bibliografias Complementares:

BARRETO, M. Inês. **As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro**. In: BRESSER PEREIRA L. C. & CUNILL GRAU N. (Orgs.) O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. P.107-150.

IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XX, nº 59, p. 47-79, março de 1999.

Educação Popular e Práticas Comunitárias (60hs)

Ementa: Proposições contemporâneas de análise dos conceitos de educação popular - princípios éticos, teóricos, políticos e metodológicos - no âmbito das práticas comunitárias e suas implicações na formação profissional com vistas ao fortalecimento da ação dos sujeitos

sociais coletivos que se desafiam a desenvolver e avançar na construção do conhecimento voltado para a transformação de uma realidade de exclusão social. Novas dimensões metodológicas nas práticas comunitárias a serem consideradas pelo Serviço Social.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Vãos v. 22)

JEZINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Organizadoras). **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

Bibliografias Complementares:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Saúde Paidéia**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 2007.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

Sociologia Rural (60hs)

Ementa: Estudo das questões relacionadas a sociologia rural. Questões agrárias e urbanas. Economia solidária.

Bibliografia Básica:

Serão trabalhadas de acordo com a temática abordada.

Bibliografias Complementares:

Serão trabalhadas de acordo com a temática abordada.

Estágio Obrigatório em Serviço Social II (60hs)

Ementa: Desenvolvimento de habilidades com relação à formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentos de trabalho, reconstrução dos objetos de intervenção e das formas de intervenção junto à população.

Bibliografia Básica:

Serão trabalhadas por área de estágio.

Bibliografias Complementares:

Serão trabalhadas por área de estágio.

8º PERÍODO

Tópicos Especiais II (60hs)

Ementa: Discussões sobre temas emergentes e pertinentes ao trabalho do Assistente Social.

Bibliografia Básica:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

Bibliografias Complementares:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

Assessoria e consultoria em Serviço Social (60hs)

Ementa: A Assessoria e Consultoria enquanto competências profissionais da(o) assistente social nos diversos processos de trabalho.

Bibliografia Básica:

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL: **Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social**. Lei 8.662/93

Bibliografias complementares:

VASCONCELOS, Ana Maria. **Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Sintonizando o Serviço Social com os novos tempos. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RUWER Maria Erlich e MOREIRA Inês da Silva. **Mundo do trabalho, serviço social e desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/.pdf>>

Gestão e avaliação de Políticas Públicas (60hs)

Ementa: Gestão e Avaliação de Políticas Públicas enquanto competências profissionais da (o) assistente social nos diversos processos de trabalho.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**: Cortez. 4. edição. São Paulo, 1997.

Bibliografias Complementares:

BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIV, n. 73. MARÇO 20.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. **Avaliação de projetos sociais**: Unicamp, 2002.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Relações Sociais e sociabilidade (60hs)

Ementa: Identidade pessoal e coletiva. Comunidade e Sociedade. A produção social da identidade. Formas comunitárias de socialização espontânea. Relações familiares, de vizinhança e relações religiosas. Formas societárias de socialização compulsória: o trabalho e a escola. Valores e conflitos das formas de socialização. A metrópole e as formas identitárias. A socialização espontânea e as formas de representação da identidade.

Bibliografia Básica:

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 1994;
PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

Bibliografias Complementares:

CASTRO, Mary Garcia; ABROMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 209 p.
FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 416 p.
KOGA, D. **Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos**. São Paulo: Cortez, 2004.

Trabalho de Conclusão de Curso (60hs)

Ementa: Tipologia de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado e relatórios. Estrutura e normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT. Elaboração do projeto de monografia. Apresentação de monografia.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografias Complementares:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
_____. **CONSTRUINDO o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 15. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.